



**Universidade de Brasília – UnB**

**Faculdade de Direito**

**Curso de Graduação em Direito**

**CAROLINA DE OLIVEIRA MOURA**

**TRABALHADORES IMIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL: SUBEMPREGO  
E PROTEÇÃO JURÍDICA**

**Brasília**

**2018**



**Universidade de Brasília – UnB**

**Faculdade de Direito**

**Curso de Graduação em Direito**

**CAROLINA DE OLIVEIRA MOURA**

**TRABALHADORES IMIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL: SUBEMPREGO  
E PROTEÇÃO JURÍDICA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel, no Programa de Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, elaborada sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Henrique Blair de Oliveira.

**Brasília**

**2018**

**CAROLINA DE OLIVEIRA MOURA**

**TRABALHADORES IMIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL: SUBEMPREGO  
E PROTEÇÃO JURÍDICA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em direito pela Faculdade de Direito na Universidade de Brasília.

---

Prof. Dr. Paulo Henrique Blair de Oliveira  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Cristiano Paixão Araújo Pinto  
(Avaliador)

---

Prof. Dr. Manoel Jorge e Silva Neto  
(Avaliador)

Brasília, 7 de dezembro de 2018.

## **Lista de Siglas**

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNIg – Conselho Nacional de Imigração

CONARE – Comitê Nacional para Refugiados

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti.

MPT – Ministério Público do Trabalho

OIM – Organização Internacional para as Migrações

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PUCH - Partido Comunista Haitiano

STF – Supremo Tribunal Federal

UNHCR – United Nations High Commission for Refugees

## **Agradecimentos**

À minha mãe, Wilma, e ao meu pai, Reuben, minhas fontes de amor, carinho, confiança e apoio.

À minha avó Rita pelos ensinamentos, pela doçura e pelos momentos de alegria e amor.

Aos meus irmãos, Guilherme, Raquel e Mateus, pelas conversas, pelas risadas, por todos os anos de companheirismo e por serem sempre porto seguro em dias de caos.

A todos os meus companheiros e amigos que fizeram parte dessa trajetória da graduação. Agradeço ao Lino, à Kamilla, à Luna, Milena, ao Gabriel e à Marina pelos anos de amizade, de festas e de aprendizado desde o início. Agradeço à Gabriella, à Hellen e ao Alex por todo o amor, amizade e conversas enriquecedoras. Agradeço à Rafaella, minha companheira diária, pelo companheirismo, amor, carinho e paciência.

Ao meu orientador, professor Paulo Henrique Blair, pelo conhecimento, por acreditar e apoiar minhas ideias e direcioná-las pelos melhores caminhos. Ainda, agradeço pela confiança no desenvolvimento deste estudo.

À professora Gabriela Neves Delgado, responsável pelo meu amor ao direito do trabalho, por introduzi-lo como meio de luta pela justiça social e por todo o carinho e generosidade.

Ao Diego Nardi, membro do ACNUR, responsável por me mostrar a causa dos refugiados no Brasil e sem o qual eu não teria tido a oportunidade de conhecer essa luta e escrever este trabalho.

À Universidade de Brasília, por me proporcionar uma vivência de mundo que eu não teria fora dela, por me mostrar realidades alheias a minha e por me fazer crescer como ser humano.

Por fim, dedico esta monografia a todos os trabalhadores imigrantes e refugiados, que carregam o peso que lhes foi imposto e enfrentam o mundo com esperança por dias melhores e por uma vida digna.

*“Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem;  
lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize.”  
(Boaventura de Sousa Santos)*

## **Resumo**

O contexto migratório atual suscita várias questões, dentre as quais as razões que levam pessoas a deslocar-se centenas de quilômetros e deixar para trás seu país, seu lar, sua cultura e, muitas vezes, a própria família. Os fluxos de deslocamento de pessoas pelo mundo atingiram os níveis mais altos desde a Segunda Guerra Mundial e os Estados precisam lidar com esse contingente populacional que se desloca todos os dias em busca de acolhimento. Desse modo, este estudo se propõe a analisar as motivações que fazem inúmeras pessoas saírem de seus Estados, o impacto do sistema capitalista de produção nesses países e os sistemas normativos que garantem o direito à mobilidade global. Com base nos princípios constitucionais da dignidade humana e da igualdade, busca-se avaliar por quais razões trabalhadores imigrantes e refugiados ocupam, em sua maioria, postos de subempregos no Brasil e como o Estado brasileiro contribui para a permanência desses indivíduos na economia informal.

**Palavras-chave:** trabalhadores imigrantes; refugiados; proteção jurídica; subempregos;

## **Abstract**

The current migration context raises several issues, including the reasons why people travel hundreds of miles and leave behind their country, home, culture and often their own family. The displacement of people around the world have reached the highest levels since the Second World War and the countries must deal with this contingent who travels every day in search of shelter. In this way, this study proposes to analyze the motivations that makes many people leave their own countries, the impact of the capitalist system in these countries and the normative systems that guarantee the right to global displacement. Based on the constitutional principles of human dignity and equality, it is sought to analyze for what reasons immigrant workers and refugees occupy, mostly, underemployment posts in Brazil and how the Brazilian State contributes to the permanence of these individuals in the informal economy.

**Keywords:** immigrant workers; refugees; legal protection; underemployment.



## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo I – Estrutura dos recentes fluxos migratórias e as normas de proteção ao migrante e ao refugiado.....</b>	<b>14</b>
1.1. Linhas gerais da mobilidade urbana mundial.....	14
1.2. Panorama migratório no Brasil e na América Latina.....	17
1.3. Normas de proteção ao trabalhador imigrante e ao refugiado.....	22
1.3.1. Principais Tratados e Convenções Internacionais de proteção ao trabalhador imigrante e ao refugiado.....	22
1.3.2. Normas internas de proteção ao imigrante e ao refugiado.....	29
<b>Capítulo II – O papel do trabalho na mobilidade internacional e a ocupação de imigrantes e refugiados em subempregos.....</b>	<b>35</b>
2.1. O sistema capitalista como fator de influência dos recentes fluxos migratórios.....	35
2.1.1. A conjuntura da migração haitiana.....	39
2.2. As consequências da mobilidade para o trabalho.....	42
2.3. Trabalhadores imigrantes e refugiados em subempregos no Brasil.....	44
<b>Capítulo III – O Direito Constitucional do Trabalho e o papel do Estado perante os atuais fluxos de deslocamento.....</b>	<b>50</b>
3.1. A evolução do Direito Constitucional do Trabalho como garantidor de direitos fundamentais.....	50
3.2. A omissão do Estado brasileiro como violação de direitos constitucionais.....	55
3.3. Tendências e desafios para a mobilidade internacional.....	61
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>66</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>68</b>

## Introdução

A década de 2010 passou a ser marcada por diversos movimentos migratórios, sobretudo os deslocamentos forçados. O mundo passou a observar, perplexo, os horrores de conflitos e de violação de direitos que fazem milhões de pessoas a enfrentar as mais diversas situações subumanas em busca de sobrevivência. Em 2017, o número de indivíduos em deslocamento devido a guerras, violência e perseguições chegou a 68,5 milhões de pessoas.<sup>1</sup>

Resultado de fatores ambientais, conflitos, perseguições políticas, religiosas e sociais, a mobilidade humana ganhou grandes proporções de modo a ser tratada como uma “crise migratória” ou “crise humanitária”. Fato é que os deslocamentos mundiais não se iniciaram no presente século; pelo contrário, a mobilidade humana tem acompanhado toda a história da humanidade e já foi fator fundamental de sobrevivência em busca de terras e de alimentos e fuga de conflitos.

Os fluxos migratórios passaram a ser tratados com mais atenção a partir do século XX, principalmente após as duas grandes guerras, com o êxodo de europeus para outros países, sobretudo os Estados Unidos. Nesse período, houve a criação das primeiras normas internacionais de regulamentação dos indivíduos que saíam de seus países por temor pela própria vida e de sua família, os refugiados.

Os recentes fluxos, contudo, têm ganhado proporção midiática e política devido as suas causas e seus efeitos. Isso porque os recentes deslocamentos têm sido marcados por violência, conflitos e um número aterrorizante de pessoas que perecem durante a fuga de seus países de origem em busca de sobrevivência. Entretanto, há, no trato com esses fluxos uma ausência de compreensão da mobilidade como algo natural e inerente ao desenvolvimento humano. Em vez disso, os diferentes países receptores desses fluxos passam a tratar “o outro” como criminoso, como fugitivo ou, como ocorre em muitos países, sobretudo no trato com o mercado de trabalho, como o inferior, que não deve ter tantos direitos assim.

Os conflitos, as guerras, perseguições e desastres ambientais são, evidentemente, fatores imediatos que geram grandes fluxos migratórios e de refugiados. Contudo, é pouco ressaltado como surgem esses conflitos e quem os financia.

---

<sup>1</sup> ACNUR. **Número de pessoas deslocadas chega a 68,5 milhões em 2017**. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acnur-numero-de-pessoas-deslocadas-chega-a-685-milhoes-em-2017>. Acesso em: 18.11.2018.

As teorias acerca das migrações não convergem para apenas uma causa, até porque há diversos fatores que motivam milhões de pessoas a abandonar suas casas, suas culturas, toda a visão de mundo construída e até suas famílias em busca de uma vida melhor ou, no caso dos refugiados, para sobreviver.

Há divergências, inclusive, na definição do termo “imigrante”. Para Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes, imigrante “é o estrangeiro que permanece”, ou seja, é o estrangeiro que atravessa fronteira de seu país com o intuito de permanecer em outro país para trabalhar e/ou morar. Outros analistas sugerem que o termo migração deveria ser abandonado exatamente por indicar movimentos de permanência da migração pelo trabalho. Nessa visão, o século XXI não comportaria o conceito de permanência, mas de impermanência, de fluidez e abertura proporcionadas pela mudança tecnológica que permitiu o pensamento transfronteiriço.<sup>2</sup>

De fato, a globalização permitiu uma maior fluidez na comunicação, nos negócios, nos transportes, na tecnologia e na informação. Entretanto, a mobilidade humana permaneceu seletiva, visto que os indivíduos com maior poder aquisitivo conseguem estar em diversos lugares do globo ao mesmo tempo. Ir além das fronteiras passou a ser como estar em outra cidade no mesmo país no cotidiano de muitos empresários que fazem negócios ao redor do mundo.

Ainda hoje, a mobilidade profissional de alta qualificação é demandada e facilitada, enquanto a migração da mão-de-obra sem qualificação é considerada indesejada.<sup>3</sup> Tal fato manifesta-se pelo tratamento dado pelo Estatuto do Estrangeiro, Lei n. 6.815 de 1980, que foi revogado somente em 2017, vigorando por 37 anos, e que tratava como clandestina a imigração que não era autorizada pelo Estado brasileiro, sujeitando-a a pena de deportação.<sup>4</sup> Além disso, salta aos olhos as condições degradantes que muitos imigrantes e refugiados são submetidos quando chegam ao país de destino, devido às condições de vulnerabilidade em que se encontram.

De fato, a busca de melhores condições de vida, principalmente por meio do trabalho, é a maior motivação das atuais migrações voluntárias. Em relação aos refugiados, a

---

<sup>2</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **O direito do estrangeiro numa perspectiva de direitos humanos**. Tese de Doutorado. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 2007, p. 6.

<sup>3</sup> DA SILVA, Karoline Marthos. **Brain Drain: Breves apontamentos sobre a mobilidade internacional de mão de obra qualificada e seus impactos nos países envolvidos**. Migração, trabalho e direitos humanos. São Paulo: LTr, 2017, p. 67.

<sup>4</sup> BRASIL. Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980. Art. 125. Constitui infração, sujeitando o infrator às penas aqui cominadas: I - entrar no território nacional sem estar autorizado (clandestino): Pena: deportação.

busca pela sobrevivência é o primeiro fator, entretanto, é por meio do labor que esses indivíduos buscam reestruturar-se de forma digna em outras sociedades.

Percebe-se que há um sistema que ora estimula as migrações, ora fecha suas fronteiras conforme sua conveniência. A democracia, que era a base dos sistemas políticos das sociedades capitalistas, passou, a partir do final da década de 1970, com o avanço neoliberal, a ser regulada pelos interesses do capitalismo. Sob a conveniência desse sistema, a mobilidade humana internacional passou a ser igualmente regulada, de modo a acarretar discriminações e vulnerabilidade econômica, social e política de indivíduos não abrangidos por esses interesses.<sup>5</sup>

Desse modo, o Capítulo I irá apresentar, em linhas gerais, os contornos das atuais mobilidades mundiais, sobretudo a mobilidade urbana no Brasil e na América Latina, definindo os diferentes sujeitos em deslocamentos, que serão abordados posteriormente, sendo conceituados pela legislação e pela doutrina vigente e as razões dessa diferenciação. Além disso, a primeira parte irá apresentar os principais instrumentos normativos nacionais e internacionais que garantem proteção e tratamento pautado na dignidade e nos direitos humanos ao trabalhador imigrante e ao refugiado.

O Capítulo II analisa os principais fatores de atração e repulsão das migrações, sobretudo a influência do sistema capitalista atual, pela perspectiva de David Harvey. Além disso, busca-se destacar o papel do trabalho nos deslocamentos e apresentar os motivos de, apesar das normas trazidas no primeiro capítulo e do avanço nas normas laborais, as pessoas em mobilidade estarem em subempregos e em condições precárias de trabalho.

Por fim, o Capítulo III apresenta a evolução do Direito Constitucional e do Trabalho no Brasil na garantia da justiça social e de direitos fundamentais em relação à mobilidade. Diante disso, destaca-se como tem sido a atuação do Estado brasileiro frente aos atuais fluxos de deslocamento para o país e diante das garantias constitucionais elencadas pelo próprio Estado.

Sendo assim, para o presente trabalho foram analisados dados e pesquisas acerca das migrações e dos deslocamentos forçados, sobretudo por organismos internacionais específicos. Para essa análise, foram utilizadas perspectivas e entendimentos desenvolvidos por

---

<sup>5</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos Humanos na América Latina**. UFPR, 2018. Disponível em: <<https://youtu.be/g5wFCoD22WI>>. Acesso: 30.10.2018.

David Harvey sobre as principais obras de Karl Marx, especialmente no que concerne ao direito à cidade e os desdobramentos do capital nas relações trabalhistas e nos deslocamentos mundiais.

## **Capítulo I – Estrutura dos recentes fluxos migratórias e as normas de proteção ao migrante e ao refugiado**

### **1.1. Linhas gerais dos recentes fluxos de deslocamento**

A migração, a despeito de ter ganhado grande atenção nos últimos anos, é um fenômeno que acompanha a história da humanidade desde o seu surgimento. Esse fenômeno ocorre de diversas formas e por diversos motivos. Migra-se de forma definitiva ou temporária, individual ou coletivamente, por escolha ou pela falta dela, entre países ou mesmo internamente.

Os fluxos migratórios são originados por uma combinação de fatores, sejam eles sociais, ambientais, políticos, econômicos, dentre outros. Segundo Stephen Castles:

(...) as perspectivas históricas demonstram que a migração constitui um aspecto normal da vida social – e especialmente de mudança social – ao longo dos tempos. O ritmo acelerado das mudanças, interligado ao desenvolvimento do mercado capitalista mundial, desde o século 16, foi a razão da expansão das migrações – especialmente de longas distâncias. A formação do Estado-nação, a expansão colonial e o imperialismo implicaram em conflitos, violência, deslocamentos induzidos pelo desenvolvimento e o crescimento da migração forçada.<sup>6</sup>

Para além da migração voluntária, há também o deslocamento forçado, que ganha uma nova denominação exatamente por não ser uma vontade ou uma escolha, mas exatamente a falta dela. Os refugiados, como são chamados os indivíduos que precisam sair de seu país de origem para sobreviver, somente tiveram uma denominação e uma proteção internacional pelo direito após a Segunda Guerra Mundial.

Diante das graves violações de direitos humanos, conflitos e outros fatores ocorridos durante e após a Segunda Guerra, viu-se a necessidade de formalizar o termo “refugiado” e criar uma legislação específica de proteção internacional. De acordo com a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951), refugiado é:

(...) toda a pessoa que, em razão de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer regressar ao mesmo, ou devido a grave e generalizada violação

---

<sup>6</sup> CASTLES, Stephen. **Entendendo a Migração Global. Uma perspectiva desde a transformação social.** REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, 2010, p. 16. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407042012002>. Acesso em: 30.9.2018.

de direitos humanos, é obrigada a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outros países.<sup>7</sup>

Imigrantes e refugiados estabelecem redes migratórias diante da necessidade de garantirem sua sobrevivência por fuga ou por busca de melhores condições econômicas. A partir dos anos 2010, essa questão tem ganhado ainda mais relevância no cenário internacional devido ao desrespeito à dignidade humana, aos inúmeros conflitos e ao número cada vez maior de refugiados no mundo. Diferente dos imigrantes, os refugiados são especificamente definidos e protegidos pelo direito internacional, visto que se encontram desamparados inclusive pelo próprio Estado de origem e necessitam de uma proteção global que ofereça refúgio e impeça o retorno às condições que os fizeram migrar.

Estima-se que o número de migrantes e refugiados no mundo é maior do que no período após a Segunda Guerra Mundial. Ademais, verifica-se uma mudança tanto em relação à natureza dos conflitos, quanto em relação aos desafios a serem buscados para solucioná-los. O caso mais emblemático e de grande proporção mundial é o caso da Síria, que se encontra em guerra civil desde 2011 e, em 2017, já contabilizava 6,8 milhões de refugiados, o maior número no mundo segundo dados do ACNUR. De acordo com esses dados, apenas cinco países juntos representam cerca de 68% de todos os refugiados ao redor do mundo, sendo a Síria o primeiro, seguida pelo Afeganistão, Sudão do Sul, Mianmar e Somália.<sup>8</sup>

Além de guerras e de violações de direitos, a questão ambiental tem sido fator gerador de deslocamentos populacionais, como ocorrido no Haiti, embora não seja fator contemplado pelo conceito de refugiados. Consequências disso são as dificuldades enfrentadas diariamente por esses grupos que, sem um status pré-definido, encontram uma grande burocracia para se regularizarem no país de destino. Esse é o caso dos haitianos que chegam ao Brasil e a outros países da América Latina diariamente após o terremoto que assolou o país e tirou a vida de cerca de 200 mil haitianos em 2010.

Esses últimos, sem condições de permanecerem em seu país de origem devido à grande destruição e caos urbano, encontraram na migração a única opção de sobrevivência, sendo obrigados a se deslocarem. Todavia, por não haver um regime internacional de proteção específico a essas pessoas, fazem parte do grande percentual de migrantes em situação irregular

---

<sup>7</sup> ONU. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1951, art. 1º. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiado\\_s.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiado_s.pdf). Acesso em: 30.9.2018.

<sup>8</sup> UNHCR. **Global Trends, Forced Displacement in 2017**. Disponível em: <http://www.unhcr.org/globaltrends2017/>. Acesso em: 30.9.2018.

e, por esse motivo, encontram-se, por vezes, em situação de violações de direitos, especialmente no campo dos direitos humanos e dos direitos trabalhistas, visto que muitos empregadores aproveitam dessa situação para superexplorarem essa população.

Apesar de ser reconhecidamente uma tendência natural humana, a migração ainda é tratada com resistência por parte dos Estados na formulação de leis e políticas públicas que protejam e integrem esses imigrantes e refugiados. O que se observa é que a despeito de haver uma política cada vez mais integrada com relação a produtos e mercadorias com o livre comércio, os Estados ainda resistem à livre migração, sob o argumento da soberania estatal.

Imigrantes e refugiados são vistos, rotineiramente, como ameaça no mercado de trabalho de um país, inclusive no Brasil. Isso faz com que o número de atos de intolerância e de xenofobia alcancem níveis ainda maiores, especialmente nas regiões de fronteira. Diante das crises migratórias, a questão da mobilidade tornou-se mais política do que social. O discurso político crescente, especialmente em países ditos desenvolvidos, vê a questão migratória como um problema que deve ser solucionado por meio de leis rígidas. Com efeito, a vertente conservadora propaga um discurso de controle rígido de fronteiras, enquanto a vertente liberal atua nas causas da migração para que as pessoas não precisem se deslocar. De todo modo, a mobilidade é vista como ameaçadora e prejudicial.

O que ocorre atualmente é um salto significativo no fluxo migratório e de pessoas em busca de refúgio e asilo. Esse salto se deu essencialmente pelo número de Estados em crise, sem proteção, com guerras políticas e religiosas e expressiva violação de direitos humanos.

O Afeganistão, por exemplo, possui o segundo maior contingente de pessoas em deslocamento forçado no mundo.<sup>9</sup> Esse fluxo intensificou-se após as expedições militares no Afeganistão e no Iraque, lideradas essencialmente por Estados desenvolvidos sob o argumento da “guerra ao terror”. Esses países tiveram seus regimes ditatoriais substituídos pela desordem e pela violência, com conflitos intermináveis financiados por uma indústria armamentista de comércio mundial sedenta por lucros. Consequência disso foi o aumento significativo de pessoas forçadas a abandonar suas casas em busca de condições de vida em outros países. A contradição é que esses mesmos países que incentivam o comércio global de armas são os

---

<sup>9</sup> Ibidem, p. 3.



mesmos que fecham as fronteiras e possuem políticas restritivas na recepção de imigrantes e refugiados.<sup>10</sup>

Essa lógica deturpada que enxerga o imigrante como a principal causa das mazelas econômicas e sociais de um país fornece prerrogativas que atraem políticos em busca de votos. Isso explicaria o recente crescimento da extrema-direita no mundo. Na França, Marine Le Pen, agrega votos com o discurso nacionalista da “França para os franceses” principalmente na base social francesa, que é discriminada, necessitada e vive excluída socialmente. É como se, apesar das mazelas que se vive, houvesse um único discurso que oferecesse um sentimento de pertencimento social, sem a marginalização da camada mais empobrecida da sociedade e com um inimigo em comum a ser combatido.<sup>11</sup>

## 1.2. Panorama migratório no Brasil e na América Latina

Os países latino-americanos tiveram muitas semelhanças ao longo de sua história, inclusive nos processos de colonização, marcados, sobretudo, pela violência. Desde sua colonização, o Brasil foi considerado um país de intenso fluxo migratório, especialmente de imigrantes europeus e deslocamentos forçados de escravos africanos. Nesse período, expressiva parcela da população era composta de estrangeiros.

Entre 1872 e 1930, a entrada de imigrantes foi de aproximadamente 4,1 milhões de pessoas. Durante esse período, Portugal e Itália ocupavam os primeiros lugares de origem desses fluxos migratórios. No final do século XIX e início do XX, o Brasil ainda era considerado um dos grandes países de imigrantes, especialmente de europeus, que imigravam ao Brasil em busca de melhores condições econômicas.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> Como os EUA estão ‘inundando’ o Oriente Médio com armas, 27 de junho de 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40413265>. Acesso em: 26.11.2018.

<sup>11</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos a nossa porta**. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016, p. 12.

<sup>12</sup> SOARES, Weber; LOBO, Carlos; MATOS, Ralfo. **Mobilidade espacial dos imigrantes estrangeiros no Brasil – 1991/2010**. REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 191-205, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/remhu/v23n44/1980-8585-REMHU-23-44-191.pdf>. Acesso em: 30.9.2018.

Contudo, essa abertura à imigração era seletiva no Brasil. As políticas e a legislação brasileiras, até o século XX, eram extremamente restritivas já que privilegiava imigrantes europeus com a intenção de “branqueamento” da população.<sup>13</sup>

Os imigrantes europeus que vieram para o Brasil após o fim da escravidão tiveram forte influência no poder da classe proletária no início no século XX. Nesse período, o país iniciava um processo de urbanização e de industrialização, o que atraiu a mão-de-obra estrangeira. Todavia, esses imigrantes incentivavam ideias anarquistas e socialistas entre os trabalhadores, contribuindo com a organização de associações desses trabalhadores e com o processo de conscientização coletiva da classe trabalhadora urbana do país, o que desagradou o poder público, que passou a reprimir a manifestação de imigrantes por meio do Decreto n. 1.641 de 1907.<sup>14</sup> Nesse sentido:

formou-se, no período, uma imprensa operária ativa, que foi fator fundamental para a difusão das ideias que agregavam os trabalhadores urbanos, em grande medida orquestrados por imigrantes europeus. e, apesar dos inúmeros percalços, é certo que ali se esboçava uma cultura operária que viria a cimentar o associativismo e a solidariedade de classe, que marcariam o futuro do sindicalismo brasileiro.<sup>15</sup>

No cenário mundial dos anos de 1980, com o processo de globalização, os países latino-americanos, inclusive o Brasil, sofreram uma reestruturação para a abertura econômica, o que arruinou os setores primários e secundários da economia, gerando uma diminuição na demanda pela força de trabalho e um aumento nas taxas de desemprego.<sup>16</sup>

Nesse período, o país tornou-se majoritariamente de emigrantes, com a saída de muitos brasileiros para Europa, Estados Unidos e Japão, em busca de melhores oportunidades. Assim, os países da latino-americanos transformaram-se em produtores de força de trabalho para países desenvolvidos.<sup>17</sup>

<sup>13</sup> NICOLI. Pedro Augusto Gravatá. **A condição jurídica do trabalhador imigrante no Direito Brasileiro**. São Paulo: LTr, 2011, p. 76.

<sup>14</sup> Decreto n. 1.641, de 7 de janeiro de 1907. Providência sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html>. Acesso em: 1.10.2018.

<sup>15</sup> NICOLI. Op. Cit., 2011, p. 77.

<sup>16</sup> MENDONÇA, Laís Maranhão Santos. **Imigração e Trabalho: luta por reconhecimento dos imigrantes no Brasil** – análise da participação social dos imigrantes na 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes de São Paulo. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília. 2014, p. 22.

<sup>17</sup> FERNANDES, Duval. **O Brasil e a migração internacional no século XXI – notas introdutórias**. Migrações e Trabalho. Brasília, Ministério Público do Trabalho, 2015, p. 19.

Por outro lado, no panorama migratório da América Latina com o Brasil, verifica-se uma diferença em relação a cada país. Entre 1960 e 1991, o número de brasileiros na Argentina diminuiu (de 48 mil para 33 mil pessoas), enquanto que o de argentinos no Brasil aumentou (de 15 mil para 25 mil pessoas). Essa perspectiva também ocorreu no Uruguai, no Peru e na Colômbia. Com relação ao Chile e à Bolívia, o número de estrangeiros no Brasil sempre foi mais alto do que de brasileiros nesses países. A partir dos anos 1970, esse número ficou ainda mais alto, passando de 1,4 mil chilenos, em 1960, para 20,4 mil em 1991, e de 8 mil bolivianos, em 1960, para 15,6 mil em 1991.<sup>18</sup>

Com a Venezuela e o Paraguai, esses números inverteram-se nesse período. Em 1960, havia em torno de 34 mil brasileiros no Paraguai, passando a 98,8 mil, em 1980, e 107 mil em 1990, enquanto que, em 1992, o contingente de paraguaios no Brasil era de 19 mil pessoas. Nessa mesma data, foi registrado um volume maior de brasileiros na Venezuela do que de venezuelanos no Brasil.<sup>19</sup>

No panorama dos países da América Latina e Caribe para os quais o brasileiro mais emigrou, ressalta-se que, a partir dos anos 80, no Paraguai e na Argentina, esse processo diminuiu. Contudo, em se tratando da Venezuela, o Brasil aumentou o fluxo de emigração. Já em relação a outros países, verificou-se um aumento na imigração de bolivianos, chilenos, peruanos, uruguaios e colombianos.<sup>20</sup>

Ao contrário do que se imagina, os países da América Latina que historicamente mais receberam imigrantes foram Argentina e Venezuela. O primeiro exerceu maior atração nos países fronteiriços, enquanto no segundo, a partir da década de 1970, a imigração tornou-se crescente, com população majoritariamente latino-americana, especialmente colombiana, devido às boas condições econômicas especialmente com a alta dos preços do petróleo.<sup>21</sup>

Antes vista como próspera economicamente e como um lugar a ser buscado pelos habitantes dos países vizinhos, a Venezuela passou a ter, a partir de 2016, milhares de cidadãos deixando suas fronteiras por dia devido a uma de suas piores crises político-econômicas. Com efeito, ao analisar a Venezuela de 1970 e a dos anos 2016, verifica-se a instabilidade do sistema capitalista visto que, a despeito de proporcionar prosperidade econômica em um momento, em

---

<sup>18</sup> OIM. **Perfil Migratório do Brasil**. 2009, p. 26. Disponível em: [http://publications.iom.int/bookstore/free/Brazil\\_Profile2009.pdf](http://publications.iom.int/bookstore/free/Brazil_Profile2009.pdf). Acesso: 1.10.2018, p. 26.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>20</sup> MENDONÇA. Op. Cit., 2014, p. 23

<sup>21</sup> Idem.

outro não tão distante proporciona crises sem precedentes. Sobre isso, Harvey, ao citar Marx, afirma que:

no capitalismo, o crescimento econômico é, como Marx o nomeia usualmente, um processo de contradições internas, que, frequentemente, irrompe sob a forma de crises.<sup>22</sup>

Devido a sua tendência à expansão e à superprodução, o sistema capitalista, na análise de Harvey sobre Marx, inevitavelmente está fadado a crises devido ao próprio sistema. Isso ocorre, dentre outros fatores, à incessante busca pelo lucro, com a superprodução sem se considerar os limites do mercado e com o achatamento dos salários, o que gera um excedente de produtos sem, muitas vezes, garantir o poder de compra da população. O resultado disso é o que se vê atualmente em diversos países ditos subdesenvolvidos: uma diminuição significativa do custo da mão-de-obra devido ao desemprego causado pela crise e um consequente fluxo migratório tanto interno, para as regiões mais urbanizadas, quanto externo, para países fronteiriços.

No século XXI, o fluxo imigratório para o Brasil cresceu significativamente, inclusive em relação aos brasileiros que retornaram ao país, a chamada migração de retorno. Entre 2005 e 2016, o número de imigrantes regularizados por ano cresceu 178%, chegando a 125.706. Em 2016, 42.438 eram originários do Haiti, seguidos por colombianos e bolivianos. Muito se especula que, dentre diversos fatores, a tecnologia tenha contribuído para o crescimento dos fluxos migratórios por facilitar a comunicação e por diminuir as fronteiras com meios de transporte mais rápidos e eficazes.<sup>23</sup>

A globalização, a despeito de ter proporcionado tecnologia e, consequentemente, maior facilidade nas comunicações na livre circulação de produtos, não permitiu a livre circulação de pessoas. Desse modo, Estados neocolonialistas tinham livre acesso à exploração de recursos naturais de países subdesenvolvidos, sem garantir, no entanto, uma contrapartida na recepção e integração de imigrantes dessas novas colônias. Um exemplo disso foi o Haiti cuja emigração teve uma expansão significativa, sem ter um processo de acolhida pelos países que, por anos, utilizaram seus recursos em busca de lucros.

---

<sup>22</sup> HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005, p. 24.

<sup>23</sup> REPÓRTER BRASIL. **Migração: O Brasil em Movimento** / Natália Suzuki (org.); Equipe 'Escravo, nem pensar'. – São Paulo, 2017, p. 6. Disponível em: [http://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2017/10/caderno-migracao-22\\_08\\_17-baixa.pdf](http://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2017/10/caderno-migracao-22_08_17-baixa.pdf). Acesso em: 4.10.2018.

Com efeito, se à época da colonização, os países europeus invadiam e exploravam territórios já ocupados sob o argumento desenvolvimentista e de catequização dos povos tradicionais, hoje, o cenário se repete sob pretextos semelhantes. Na modernidade, os territórios invadidos são, em sua maioria, antigas colônias europeias falidas tanto econômica quanto socialmente. Novamente, os países desenvolvidos ocupam esses territórios alegando bons motivos de desenvolvimento e de paz, como no Haiti, na Síria, no Afeganistão e no Iraque.

Recentemente, o fluxo de imigrantes venezuelanos ganhou maior destaque na mídia brasileira. Como visto anteriormente, a Venezuela era tradicionalmente reconhecida como um país destinatário de milhares de migrantes. Segundo dados do IPEA, em 2014, a Venezuela foi o país da América Latina que acolheu o maior número de refugiados, vindos, essencialmente, da Colômbia. Atualmente, porém, devido à grave crise político-econômica que enfrenta, a Venezuela tem testemunhado uma evasão significativa de sua população. Não se pode dizer, contudo, que todas as pessoas que emigram desse país o fazem por motivos exclusivamente relacionados ao refúgio.<sup>24</sup>

De fato, esses movimentos ocorrem por diversas razões, incluindo ameaças por grupos armados, insegurança, violência, escassez de alimentos, de medicamentos e de serviços básicos essenciais, entre outros.<sup>25</sup>

Por esse motivo, um número expressivo de venezuelanos permanece em outros países em situação irregular, sem documentação ou permissão de residência. Assim, as dificuldades burocráticas, os abrigos superlotados e o longo tempo de espera para regularizar a situação no país de destino tornam esses imigrantes extremamente vulneráveis a exploração, a violências, ao tráfico de pessoas, a abusos sexuais e a discriminação e xenofobia na fronteira com os países.

Segundo dados do CONARE, em 2017, o Brasil recebeu 33.866 pedidos de concessão de refúgio, dos quais 17.865 eram de venezuelanos. O panorama recente do Brasil

---

<sup>24</sup> IPEA. **Refúgio no Brasil:** caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014) – Brasília: IPEA, 2017, p. 44.

<sup>25</sup> UNHCR. **Venezuela situation:** Responding to the needs of people displaced from Venezuela. Supplementary Appeal, January – December 2018, p. 5. Disponível em: <http://www.unhcr.org/partners/donors/5ab8e1a17/unhcr-2018-venezuela-situation-supplementary-appeal-january-december-2018.html>. Acesso: 2.10.2018.

devido à crise política e econômica na Venezuela é de aumento do fluxo migratório. O país passou de 1 solicitação de refúgio em 2012, para 3.375 em 2016 e 17.865 em 2017.<sup>26</sup>

### **1.3. Normas de proteção ao trabalhador imigrante e ao refugiado**

O presente tópico, ao tratar das normas nacionais e internacionais de proteção a trabalhadores migrantes e refugiados, não pretende esgotar todo o conjunto normativo vigente, mas trazer à análise os principais instrumentos que possibilitaram a evolução protetiva dos direitos humanos aliada ao caráter protetivo do direito laboral às pessoas em deslocamento. Nesse contexto, busca-se analisar em que medida essas normas foram aprovadas e qual a luta que se trava para que sejam efetivamente aplicadas.

#### **1.3.1. Principais Tratados e Convenções internacionais de proteção ao trabalhador imigrante e ao refugiado**

O marco referencial que se tem do início do movimento que busca proteger o imigrante é a criação da ONU e da OIT, esta última criada em 1919 pelo Tratado de Versalhes. A criação desses dois grandes órgãos é um marco devido à grande influência que possuem perante os Estados em relação aos direitos humanos e trabalhistas internacionais. Todavia, ainda assim, Estados estabelecem seus próprios textos normativos acerca de questões pertinentes à entrada de imigrantes em seus países.

A internacionalização dos direitos humanos deu-se efetivamente no pós-segunda guerra, diante de uma nova concepção efetivada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU.<sup>27</sup>

Apesar da conhecida tendência natural do ser humano em migrar e da difusão dos direitos humanos internacionalmente, ainda há uma grande resistência por boa parte dos Estados em formular políticas migratórias de proteção, de integração social e, mais ainda, de integração no mercado de trabalho. Na perspectiva universal da dignidade da pessoa humana, é imprescindível a proteção jurídica plena ao trabalhador migrante em qualquer país, sobretudo

---

<sup>26</sup> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Conare/Secretaria Nacional de Justiça. **Refúgio em números – 3ª edição**. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos/refugio-em-numeros-3a-edicao-conare-secretaria-nacional-de-justica-ministerio-da-justica/view>. Acesso em: 6.11.2018.

<sup>27</sup> Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>.

na inserção de um cenário socioeconômico totalmente novo. A efetividade da proteção dos direitos humanos, contudo, ultrapassa a necessidade das políticas humanitárias universais, de modo a demandar políticas específicas direcionadas a determinados grupos em situações de vulnerabilidade.

Desse modo, tendo em vista a ocorrência recorrente de graves violações, essencialmente nas relações trabalhistas com refugiados e imigrantes, viu-se a necessidade de proteger especificamente esses grupos. Inicialmente, a OIT estabeleceu duas Convenções Internacionais sobre questões migratórias, a de n. 19 e a de n. 97, ambas anteriores à Declaração Universal de Direitos Humanos - 1948.<sup>28</sup>

A primeira, de 1925, estabelece tratamento igualitário a trabalhadores estrangeiros e nacionais em casos de acidentes de trabalho e foi ratificada por 120 países. Contudo, a aplicação dessa norma é condicionada a estrangeiros com permanência regular no país, de modo a acarretar dificuldades tanto no âmbito administrativo, quanto no âmbito de sua efetividade, visto que não abrange imigrantes em condições irregulares.

Ratificada pelo Brasil em 1965, a segunda, denominada Convenção sobre os Trabalhadores Imigrantes (n. 97), de 1939 e revista em 1949, designa o trabalhador migrante como toda pessoa que “emigra de um país para outro com vistas a ocupar um emprego que não seja por conta própria” (art. 11).<sup>29</sup> Essa Convenção somente entrou em vigor em 1959 e determinou aos Estados a promoção de igualdade de direitos como os do trabalho, da seguridade social e de impostos, além do direito a não discriminação em função da nacionalidade, raça, religião ou sexo. Apesar disso, esse instrumento somente é aplicável aos imigrantes em situação regular, negando sua proteção a imigrantes indocumentados, trabalhadores fronteiriços, aos profissionais liberais, aos artistas e trabalhadores do mar.

A Convenção n. 143 da OIT, de 1975, denominada de Convenção sobre as Migrações em Condições Abusivas e a Promoção da Igualdade de Oportunidades e Tratamento dos Trabalhadores Migrantes, foi a primeira a enfrentar o problema do trabalhador em situação migratória irregular e protegê-lo. Esse instrumento visa a proteger direitos fundamentais de todo trabalhador, seja o migrante em situação regular ou irregular. Outrossim, passa a determinar que os Estados adotem medidas necessárias de modo a combater a atuação dos

---

<sup>28</sup> Disponíveis em: [http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT\\_019.html](http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT_019.html) e <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ConvOITTrabMig.html>. Acesso em: 26.11.2018.

“coiotes” nas migrações inseguras e o emprego ilegal de imigrantes, além de estabelecer a desvinculação entre a autorização de permanência no país e a manutenção do emprego. Apesar do avanço em relação a normas anteriores, segundo o art. 11, a Convenção não se aplica aos trabalhadores fronteiriços, aos artistas e profissionais liberais de curto período, os trabalhadores do mar, os estudantes e aos empregados admitidos temporariamente no país.<sup>30</sup>

A despeito da evolução normativa, ainda é tímida a aceitação desse instrumento normativo no cenário internacional devido a sua maior abrangência de proteção, que envolve imigrantes indocumentados e determina aos Estados-membros uma política nacional de combate à imigração clandestina e de promoção da segurança no trabalho. Por fim, a Convenção n. 143 preconiza igualdade de oportunidades e de tratamento entre imigrantes e nacionais. Contudo, apesar de sua importância, muitos países considerados destino de fluxos migratórios intensos ainda não ratificaram essa Convenção, como Estados Unidos, Espanha e, inclusive, o Brasil.

A resistência à ratificação dessa Convenção, que abrange em seu campo de proteção de direitos humanos não somente o trabalhador imigrante em situação regular, como também os que não se encontram nessa condição, evidencia o contexto atual de sujeição de todas as esferas estatais ao sistema capitalista. Como evidencia Boaventura de Sousa Santos, a democracia regulava o capitalismo até o fim da década de 1980; com o esfacelamento do regime comunista soviético e a queda do muro de Berlim, não havia mais inimigos do sistema capitalista, foi quando surgiu o neoliberalismo e a inversão de papéis, de modo que o capitalismo passou a regular e condicionar a democracia a seus interesses.<sup>31</sup>

Com efeito, a dominação do sistema capitalista mundial determina a agenda de muitos governos na adoção de políticas públicas, essencialmente a de mobilidade internacional. Dentre as normas descritas, é notória a prevalência das que não possuem em seu escopo de proteção de direitos humanos um campo tão abrangente. Esse processo de sujeição de normas aos interesses individuais dos Estados evidencia ainda mais a dependência dos países em relação ao mercado e ao sistema do neoliberalismo.

No âmbito da ONU, um instrumento que se destaca é a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas

---

<sup>30</sup> OIT. **Convenção n. 143**. Disponível em [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_242707/lang-pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_242707/lang-pt/index.htm). Acesso em: 30.10.2018.

<sup>31</sup> SANTOS, Op. Cit., UFPR, 2018.



Famílias. Essa convenção surgiu a partir da Resolução n. 45/158, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 18.12.1990, mas apenas entrou em vigor a partir de 2003, após a ratificação de vinte países, número mínimo necessário para a vigência.<sup>32</sup>

Esse instrumento reconheceu, a nível mundial, a extensão da migração atual e a necessidade de se garantir proteção aos trabalhadores migrantes, inclusive os que se encontram em situação migratória irregular, como anunciado em seu preâmbulo:

Conscientes da importância e da extensão do fenómeno da migração, que envolve milhares de pessoas e afecta um grande número de Estados na comunidade internacional;

Conscientes do efeito das migrações de trabalhadores nos Estados e nas populações interessadas, e desejando estabelecer normas que possam contribuir para a harmonização das condutas dos Estados através da aceitação de princípios fundamentais relativos ao tratamento dos trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias;

Considerando a situação de vulnerabilidade em que frequentemente se encontram os trabalhadores migrantes e os membros das suas famílias devido, nomeadamente, ao seu afastamento do Estado de origem e a eventuais dificuldades resultantes da sua presença no Estado de emprego;

Convencidos de que os direitos dos trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias não têm sido suficientemente reconhecidos em todo o mundo, devendo, por este motivo, beneficiar de uma protecção internacional adequada;

Tomando em consideração o facto de que, em muitos casos, as migrações são a causa de graves problemas para os membros das famílias dos trabalhadores migrantes bem como para os próprios trabalhadores, especialmente por causa da dispersão da família;

Considerando que os problemas humanos decorrentes das migrações são ainda mais graves no caso da migração irregular e convictos, por esse motivo, de que se deve encorajar a adopção de medidas adequadas a fim de prevenir e eliminar os movimentos clandestinos e o tráfico de trabalhadores migrantes, assegurando ao mesmo tempo a protecção dos direitos humanos fundamentais destes trabalhadores;

Considerando que os trabalhadores indocumentados ou em situação irregular são, frequentemente, empregados em condições de trabalho menos favoráveis que outros trabalhadores e que certos empregadores são, assim, levados a procurar tal mão de obra a fim de beneficiar da concorrência desleal;

Considerando, igualmente, que o emprego de trabalhadores migrantes em situação irregular será desencorajado se os direitos humanos fundamentais de todos os trabalhadores migrantes forem mais amplamente reconhecidos e que, além disso, a concessão de certos direitos adicionais aos trabalhadores migrantes e membros das suas famílias em situação regular encorajará todos os migrantes e empregadores a respeitar e a aplicar as leis e os procedimentos estabelecidos pelos Estados interessados;

Convictos, por esse motivo, da necessidade de realizar a protecção internacional dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias, reafirmando e estabelecendo normas básicas no quadro de uma convenção abrangente susceptível de ser universalmente aplicada;<sup>33</sup>

<sup>32</sup> OIT. **Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias**. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/index.php/migrantes2/175-convencao-internacional-sobre-a-protecao-dos-direitos-de-todos-os-trabalhadores-migrantes-e-dos-membros-das-suas-familias>. Acesso em: 30.10.2018.

<sup>33</sup> Ibidem.

Na Parte I, é proposta a aplicação desde a preparação para o deslocamento, no país de origem, à estadia no Estado-membro de destino, bem como o regresso, se for o caso. Outrossim, a primeira parte cuida de conceituar o trabalhador migrante, de modo a incluir em seu espectro o trabalhador fronteiriço, o sazonal, o itinerante, o marítimo, entre outros; proporcionar direitos básicos e dignidade nas relações laborais a todos os imigrantes, além de reconhecer a maior vulnerabilidade dessas populações diante de explorações de empregadores.

Em seguida, a Convenção destina-se à garantia de direitos a esses trabalhadores, bem como aos membros de suas famílias que se encontrem no território desses Estados Partes, sem distinção e independente de qualquer critério que possa ter algum caráter discriminatório.

A terceira parte da Convenção destina-se a prever uma série de direitos básicos, como direito à vida, à dignidade humana e à liberdade a todos os trabalhadores migrantes e os membros de suas famílias. Além disso, e concernente ao trabalho, esse instrumento assegura o direito a não discriminação e a não submissão a trabalho desumano, forçado ou degradante.

A partir da Parte IV, elencam-se “outros direitos dos trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias que se encontram documentados ou em situação regular”, como direitos de informação acerca de critérios para admissão, permanência, atividades remuneradas que podem exercer, entre outros.

Diante dessa Convenção, cabe destacar o avanço que esse instrumento trouxe ao ordenamento internacional ao resguardar direitos básicos aos migrantes, sem se ater a sua situação de regularidade. Entretanto, cumpre esclarecer que a referida Convenção, por si só, elenca mais proteção e mais direitos a determinados grupos do que para outros.

É notória a intenção das Nações Unidas de promover garantias a populações migrantes independente de sua situação regular, entretanto, há que se destacar a ausência de promoção de igualdade, tendo em vista que migrantes “documentados ou em situação regular” possuem mais direitos, além dos anteriormente previstos. Cumpre salientar, ainda, que o Brasil e outros importantes países destinatários de fluxos migratórios, como Estados Unidos e Alemanha, não ratificaram a presente Convenção.

Mundialmente conhecida e amplamente aceita, a Convenção de Genebra, de 1951, é, até os dias atuais, um dos principais instrumentos normativos de direito internacional acerca da migração forçada. Isso ocorre devido a sua inovação em definir legalmente o termo “refugiado” no cenário das Nações Unidas. De fato, os instrumentos de proteção internacional

aos refugiados têm como pilar a responsabilidade de cada Estado, a solidariedade e a cooperação internacionais. A despeito disso, a Convenção de 1951 possui duas principais deficiências quanto a sua aplicação. A primeira é temporal, pois abrangia apenas fatos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951. A segunda é espacial, visto que se relacionava apenas aos fatos ocorridos na Europa.<sup>34</sup>

Diante dessa insuficiência, foi elaborado o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, em 1967, sem a limitação temporal, de modo a possibilitar eventos futuros.<sup>35</sup> O Protocolo é independente, mas os países que o ratificarem aceitam o disposto na Convenção de 1951. O Brasil somente assinou a Convenção em 1960, abrangendo somente refugiados provenientes da Europa. Foi somente em 1989, com a volta da democracia no país e após a Constituição de 1988, que o país deixou de adotar o critério europeu da Convenção de 1951 e passou a adotar totalmente a Declaração de Cartagena<sup>36</sup>.

Na América do Sul, instituiu-se o Mercosul, pelo Tratado de Assunção, em 1991. Esse Tratado integrou os países da América do Sul, sobretudo no aspecto econômico ao permitir a livre circulação de bens e serviços. Contudo, baseado essencialmente na economia, esse dispositivo não contemplava a livre circulação de pessoas.<sup>37</sup>

Devido à proporção cada vez maior da população em deslocamento forçado, os países da América Latina reuniram-se em Cartagena, na Colômbia, para propor um novo mecanismo de atuação regional. Nesse sentido, em 1984, foi assinada a Declaração de Cartagena, que tinha como pilar o reforço ao comprometimento dos países em relação à Convenção de 1951 e ao Protocolo de 1967. Indo além, a Declaração de Cartagena amplia os conceitos preconizados pelos instrumentos anteriores. Em sua terceira conclusão, ressalta-se:

(...) Deste modo, a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.<sup>38</sup>

<sup>34</sup>

Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf). Acesso em: 30.10.2018.

<sup>35</sup>

Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo\\_de\\_1967\\_Relativo\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf). Acesso em: 30.10.2018.

<sup>36</sup> Adotada pelo **Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá**: Problemas Jurídicos e Humanitários. Cartagena, Colômbia, entre 19 e 22 de Novembro de 1984.

<sup>37</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0350.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0350.htm). Acesso em: 30.10.2018.

<sup>38</sup> Declaração de Cartagena – Conclusões e Recomendações, 1984, Terceira conclusão, p.3. Disponível em:

A despeito de ser um dos instrumentos mais importante acerca das questões do refúgio, a Convenção de 1951 distanciava-se da realidade vivida na América Latina e do Caribe devido aos numerosos conflitos locais e à violação de direitos humanos que não eram abrangidos. Desse modo, a Declaração de Cartagena foi um documento criado para, de fato, convergir para a realidade local e abranger o numeroso quantitativo de indivíduos em deslocamento na região.

Ainda no âmbito da América Latina, em 1998, foi criada a Declaração Sociolaboral do Mercosul, revisada em 2015, que previa a igualdade e a não discriminação, especialmente nas relações trabalhistas, de modo a igualar os migrantes aos nacionais e garantir oportunidades e emprego digno a todos. Quanto aos trabalhadores migrantes e fronteiriços, destaca-se o art. 7º:

1. Todos os trabalhadores, independentemente de sua nacionalidade, têm direito à assistência, à informação, à proteção e à igualdade de direitos e condições de trabalho, bem como direito de acesso aos serviços públicos, reconhecidos aos nacionais do país em que estiver exercendo suas atividades, em conformidade com a legislação de cada país.
2. Os Estados Partes terão em conta os direitos estabelecidos no Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile e demais instrumentos complementares que se firmem, na medida em que façam parte dos mesmos.
3. Os Estados Partes comprometem-se a adotar e articular medidas tendentes ao estabelecimento de normas e procedimentos comuns, relativos à circulação dos trabalhadores nas zonas de fronteira e a levar a cabo as ações necessárias para melhorar as oportunidades de emprego e as condições de trabalho e de vida desses trabalhadores, nos termos dos acordos específicos para essa população, tendo como base os direitos reconhecidos nos acordos de residência e imigração vigentes.
4. Os Estados Partes comprometem-se, ademais, a desenvolver ações coordenadas no campo da legislação, das políticas laborais, das instituições migratórias e em outras áreas afins, com vistas a promover a livre circulação dos trabalhadores e a integração dos mercados de trabalho, de forma compatível e harmônica com o processo de integração regional.<sup>39</sup>

Esse instrumento permitiu à migração laboral um olhar sob o aspecto social, na medida em que determinou a igualdade entre trabalhadores e o comprometimento dos Estados-membros na promoção de políticas que facilitem a livre circulação desses trabalhadores, bem como sua integração na sociedade e no mercado de trabalho. É notório o avanço desse

---

[http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn\\_lisboa/cartagen.html](http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/cartagen.html). Acesso em: 4.11.2018

<sup>39</sup> MERCOSUL. **Declaração Sociolaboral do MERCOSUL** – I Reunião Negociadora. Artigo 7º. Brasília, 17 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/10519-declaracao-sociolaboral-do-mercosul-de-2015-i-reuniao-negociadora-brasilia-17-de-julho-de-2015>. Acesso em: 4.11.2018.

dispositivo quanto à questão da mobilidade laboral e sua intenção em promover a igualdade de tratamento entre os diversos tipos de trabalhadores.

Contudo, diante dos acontecimentos recentes no Brasil, sobretudo na fronteira com a Venezuela, como violências motivadas por xenofobia e racismo, evidencia-se que a prestação jurisdicional a essas populações deve ser real, não somente formal.<sup>40</sup>

Ante o exposto, verifica-se uma evolução quanto à abrangência e em relação à proteção de direitos humanos e trabalhistas no cenário mundial. Apesar disso, é notória a resistência de aceitação de certos instrumentos que garantem maior proteção às pessoas que se deslocam no mundo.

### **1.3.2. Normas internas de proteção ao imigrante e ao refugiado**

Apesar desses instrumentos normativos internacionais, o Brasil, durante o período da ditadura militar – 1964 a 1985 -, não reconhecia os refugiados e os imigrantes sob uma perspectiva de direitos humanos. Pelo contrário, nesse período, promulgou-se a Lei n. 6.815/80, mais conhecida como “Estatuto do Estrangeiro”, que reproduzia os retrocessos sociais pelos quais o país estava regido, de modo a limitar a entrada de estrangeiros ao interesse nacional e denotar sua presença como uma ameaça à segurança nacional brasileira.<sup>41</sup>

Após a redemocratização do Brasil, houve a promulgação da Constituição de 1988, cujos valores centrais baseiam-se na promoção dos direitos humanos, na cooperação entre os povos, na dignidade humana e no valor social do trabalho, não se limitando aos indivíduos nacionais, mas orientando também a aplicação de normas relativas às questões migratórias.<sup>42</sup> Nesse momento, não havia nenhum mecanismo interno a tratar especificamente do conceito, dos direitos e como seria feito o reconhecimento da condição de refugiado no Brasil.

Em vista disso, em 1997, foi sancionada a Lei n. 9.474, a primeira lei brasileira a conceituar o termo “refugiado” e trazer critérios para a determinação dessa condição. Essa lei, inspirada sobretudo na Declaração de Cartagena, além de contemplar todos os dispositivos de

---

<sup>40</sup> BRUM, Eliane. Êxodo Venezuelano: A violência em Roraima é contra a imagem no espelho. 27 de agosto de 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/27/opinion/1535381111\\_480467.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/27/opinion/1535381111_480467.html). Acesso em: 30.10.2018.

<sup>41</sup> BRASIL. Lei n. 6.815, Estatuto do Estrangeiro, de 1980, Revogada pela Lei nº 13.445, de 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6815.htm). Acesso em: 30.10.2018.

<sup>42</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 30.10.2018.

proteção internacional aos indivíduos em deslocamento forçado, criou o CONARE, um órgão nacional para tratar das políticas públicas nacionais de refúgio e da condição de refugiado no Brasil. Após a promulgação dessa lei, o Brasil tornou-se um dos primeiros países a adotar, internamente, uma legislação mais moderna e acolhedora na questão dos refugiados.

A legislação prevê, ainda, o alcance do direito do trabalho aos solicitantes de refúgio, desde a formalização desse pedido junto à Polícia Federal. Assim, dispõe:

Art. 21. Recebida a solicitação de refúgio, o Departamento de Polícia Federal emitirá protocolo em favor do solicitante e de seu grupo familiar que se encontre no território nacional, o qual autorizará a estada até a decisão final do processo.

§ 1º O protocolo permitirá ao Ministério do Trabalho expedir carteira de trabalho provisória, para o exercício de atividade remunerada no País.<sup>43</sup>

Observa-se que a legislação brasileira sobre refugiados permite a integração do refugiado no Brasil, bem como garante documentos essenciais para permanência no país e para a procura de emprego. Contudo, na prática, o Brasil encontra dificuldades na efetivação integral desses direitos.

Segundo dados do IPEA, o número de indivíduos de fato reconhecidos como refugiados pelo Estado brasileiro é significativamente menor que o de outros países da América do Sul. Isso torna-se ainda mais problemático quando se considera a dimensão geográfica e populacional do Brasil em relação a outros países do continente, essencialmente aos que fazem fronteira com a Colômbia.<sup>44</sup>

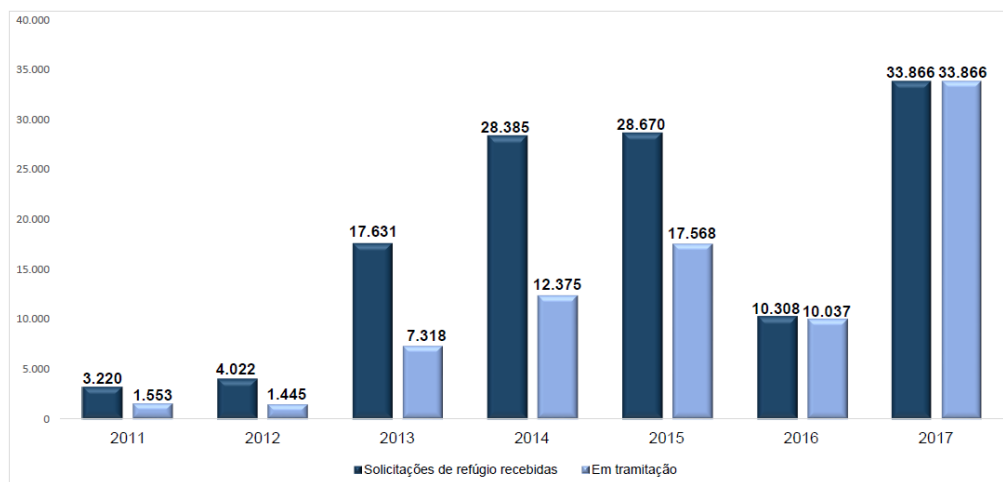
As tabelas a seguir demonstram a situação brasileira acerca das solicitações da condição de refugiado no país nos últimos anos e a dificuldade de aplicação da legislação vigente acerca da questão do refúgio:

---

<sup>43</sup> BRASIL. Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997. **Lei de Refúgio**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm). Acesso em: 4.11.2018.

<sup>44</sup> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Conare/Secretaria Nacional de Justiça. **Refúgio em números – 3ª edição**. Na Colômbia, “desde de 1985 cerca de 7,6 milhões de deslocamentos internos (conflito com as FARC). Entre janeiro e agosto/2017, mais 8.700 novos deslocamentos internos”. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos/refugio-em-numeros-3a-edicao-conare-secretaria-nacional-de-justica-ministerio-da-justica/view>. Acesso em: 6.11.2018.

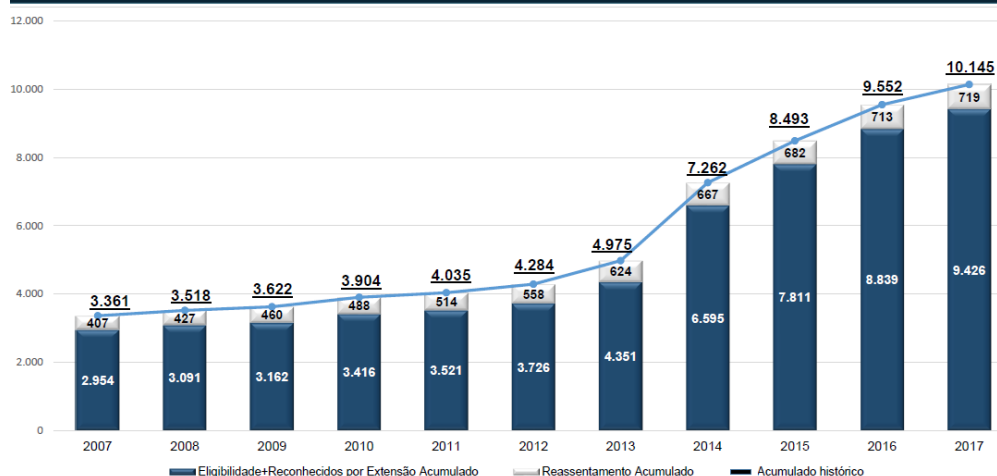
## NOS ÚLTIMOS 7 ANOS, O BRASIL RECEBEU 126.102 SOLICITAÇÕES DE RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO



Fonte: Polícia Federal



## REFUGIADOS RECONHECIDOS NO BRASIL (2007-2017)



Fonte: Comitê Nacional para os Refugiados



Ante o gráfico exposto, observa-se que, em 2013, o número de solicitações de refúgio mais que quadruplicou e esse número manteve-se alto até 2017, chegando ao patamar de 33.866 solicitações somente em 2017. Contudo, pode-se observar, igualmente, que o reconhecimento da condição de refugiado no Brasil não acompanhou esse crescimento na mesma proporção. Ao contrário, enquanto nos anos anteriores o país mantinha quase o mesmo patamar, a partir de 2014, essa diferença manteve-se ainda maior, com exceção do ano de 2016.

Em 2017, somente 10.145 indivíduos tiveram reconhecidas sua condição de refugiado e, consequentemente, somente essas pessoas tiveram a proteção formal da Lei de refúgio.

De acordo com discurso do Presidente da República na ONU, em setembro de 2017, o Brasil tem “uma das leis de refugiados mais modernas do mundo. (...) e temos recebido milhares de migrantes e refugiados da Venezuela”<sup>45</sup>. A situação dos venezuelanos é alarmante e, ao que parece, o Brasil não tem feito seu papel e não faz jus ao reconhecimento de país acolhedor, visto que, nos últimos três anos somente 18 venezuelanos tiveram sua condição de refugiado reconhecida, 4 em 2015 e 14 em 2016. Isso porque, somente em 2017, 17.865 venezuelanos solicitaram refúgio no país e nenhum teve acatada essa solicitação.<sup>46</sup>

Um dos principais pontos de dificuldade desse acolhimento é ausência de informação, tanto pelos agentes do Estado, quanto pelos deslocados, que chegam sem saber ao certo os direitos que possuem, abrindo margem a ausência de regularização e a explorações de todo o tipo essencialmente na fronteira. Reflexo desse despreparo dos agentes estatais é a Ação Cível Originária – ACO n. 3.121, ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal – STF pelo estado de Roraima, com pedido de tutela provisória para que a União feche temporariamente a fronteira entre Brasil e Venezuela, sob argumento de impedir a entrada desordenada de cidadãos venezuelanos no estado.<sup>47</sup>

Felizmente, em decisão monocrática, a Ministra Rosa Weber negou o pedido do estado de Roraima e ressaltou que isso vai de encontro com princípios fundamentais da Constituição da República, de leis brasileiras e de tratados internacionais ratificados pelo Brasil. Contudo, isso demonstra o despreparo das unidades federativas e ausência de apoio da União aos estados fronteiriços.

Mais recentemente, foi promulgada a Lei n. 13.445/2017 - Nova Lei de Migração, que substituiu o Estatuto do Estrangeiro e introduziu diretrizes inovadoras acerca da questão migratória.<sup>48</sup> Ao contrário do instrumento que a precedeu, a norma tem como princípio

---

<sup>45</sup> Discurso do Presidente da República, Michel Temer, na Abertura do Debate Geral da 72ª Sessão da Assembleia Geral da ONU – Nova York, 19 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/17460-discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-na-abertura-do-debate-geral-da-72-sessao-da-assembly-geral-da-onu-nova-york-19-de-setembro-de-2017>. Acesso em 22.9.2017

<sup>46</sup> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, op. cit., p. 6.

<sup>47</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Cível Originária n. 3.121, Roraima, Ministra Rosa Weber, 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ACO3121decreto.pdf>. Acesso: 30.10.2018.

<sup>48</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm). Acesso em: 6.11.2018.



norteador das relações migratórias o da dignidade humana, de modo a propor o fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos países da América Latina e repudiar discriminações como racismo e xenofobia. Outrossim, a nova lei evidencia o acesso de estrangeiros ao mercado de trabalho, inclusive ao serviço público.

As recentes inovações legislativas acerca do migrante e do refugiado situa o Brasil numa posição de país acolhedor, aberto ao refúgio e à migração. De fato, são normas de promoção ao acolhimento dos indivíduos deslocados em território nacional, conferindo praticamente quase todos os direitos concedidos aos cidadãos brasileiros.

No entanto, a Presidência da República, ao regulamentar a Nova Lei de Migração, vetou mais de vinte dispositivos, bem como contrariou dispositivos da própria lei. Um dos aspectos de destaque dessa contradição trazida pelo Decreto n. 9.199/2017 é a previsão de prisão do migrante em situação irregular por solicitação da Polícia Federal. Nesse ponto, a lei prevê que “Ninguém será privado de sua liberdade por razões migratórias, exceto nos casos previstos nesta Lei”.<sup>49</sup>

Outro ponto de destaque da Nova Lei de Migração é a possibilidade de concessão de visto temporário para migrantes em busca de trabalho que queiram estabelecer-se no Brasil. O Decreto n. 9.199/2017 retrocede novamente retomando a lógica do antigo Estatuto do Estrangeiro ao condicionar o visto a uma oferta formal de trabalho. Ora, como visto, a maior parte da população em deslocamento o faz exatamente por motivos econômicos em busca de emprego e melhores condições ou, no caso dos refugiados, foge de uma situação em que o próprio Estado pode ser o violador de direitos. Evidente que para essas pessoas não há uma oferta precedente ao deslocamento, o que torna esse visto seletivo, retomando a ideia do interesse nacional.

De fato, a legislação internacional e mesmo a interna evoluíram na questão da promoção de direitos sociais, principalmente de direitos trabalhistas, e acolhimento de imigrantes e refugiados. Todavia, ainda há uma resistência muito significativa dos Estados em ratificar Convenções e Tratados que concedem direitos aos deslocados. Isso se deve sobretudo ao modelo que regula a globalização atual, em que interesses econômicos estatais prevalecem sobre direitos humanos e até mesmo sobre a democracia.

---

<sup>49</sup> Ibidem, art. 123.

Como, com legislações avançando no campo dos direitos humanos e trabalhistas, os dados e as notícias sobre trabalhadores migrantes e refugiados mostram o oposto do que é discutido em Convenções, Tratados internacionais, com relatos de xenofobia, racismo e subempregos?

O próximo capítulo propõe o debate acerca as causas intrínsecas e pouco debatidas dos recentes fluxos migratórios, como o sistema capitalista e seu interesse na manutenção desses fluxos de pessoas, sobretudo na geração de trabalhos informais e enfraquecimento da classe trabalhadora. Ademais, debater-se-á as consequências da mobilidade para o trabalho e as razões que levam imigrantes e refugiados e ocuparem subempregos.

## **Capítulo II – O papel do trabalho na mobilidade internacionais e a ocupação de imigrantes e refugiados em subempregos**

### **2.1. O sistema capitalista como fator de influência dos recentes fluxos migratórios**

Como exposto, esses recentes deslocamentos mundiais têm estreita relação com fatores sociais, econômicos, políticos e ambientais. É unânime afirmar que a principal motivação desses deslocamentos é a busca por melhores condições de vida, por uma chance de uma vida melhor e, por vezes, por sobrevivência.

Todavia, é preciso analisar mais a fundo em quais condições essa migração por trabalho ocorre; se é, de fato, voluntária, ou se esses deslocamentos têm como pano de fundo interesses muitas vezes políticos e, majoritariamente, econômicos, de modo a visar sempre ao capital. Esses interesses são pouco evidenciados, sobretudo pela mídia em todo o mundo, como causa primeira que permite que situações de conflitos, de perseguições, de crises político-econômicas e, inclusive, de fatores ambientais expulsem populações inteiras de seus países de origem em busca de um lugar onde se tenha dignidade humana.

A dimensão dos recentes fluxos migratórios e a eclosão das chamadas “crises humanitárias” devem ser analisadas não somente pela perspectiva dos recentes acontecimentos, mas principalmente pelas relações socioeconômicas mundiais, baseadas sobretudo pela dinâmica da globalização, inerente ao sistema capitalista de produção.

Isso porque, com o sistema capitalista, as configurações da organização mundial do trabalho foram modificadas ao longo do desenvolvimento desse sistema e de suas crises. Nesse cenário, remonta-se ao sistema fordista de produção, que vigorou durante a maior parte do século XX, quando foi substituído devido a uma das grandes crises do capitalismo.

O modelo de produção fordista baseava-se no controle e na otimização da produção por meio da produção em cadeia. O trabalhador exercia somente uma função no processo de montagem, o que acelerava o processo de produção e reduzia custos por não exigir uma maior capacitação dos funcionários, que eram essencialmente imigrantes. Na realização de tarefas mecanizadas e repetitivas, o trabalhador tornava-se um segmento da máquina. Para Ford, a produção em massa com baixos custos gerava um consumo em massa, de modo que poderia

exercer um novo sistema de controle e gerência da força de trabalho, dando ao trabalhador tempo e renda suficientes para consumir os produtos produzidos em massa.<sup>50</sup>

Nesse processo de produção, o capitalismo encontrou força para expandir-se internacionalmente, englobando em seu campo de influência diversos países não capitalistas. Após a crise dos anos 1970, o sistema produtivo foi substituído pelo sistema toyotista, cuja organização era horizontalizada, ou seja, a empresa principal ocupava-se apenas com o produto final, terceirizando para pequenas e médias empresas as atividades periféricas.

O Toyotismo vinculava sua produção à demanda no princípio *just in time*, em que a otimização do tempo era fator principal na geração de lucros. Nesse processo, houve um enxugamento da máquina administrativa mediante o surgimento da terceirização de serviços e uma maior flexibilização do trabalho, impactando negativamente na geração de empregos. Pelo lado do trabalhador, esse sistema dificultou o sentido da associação de classes dentro dos espaços de trabalho, já que, com as ilhas de produção, os funcionários concorriam entre si e tornavam-se algozes uns dos outros.

David Harvey afirma que esse processo deu origem a um novo tipo de acumulação capitalista, a acumulação flexível. Nesse sentido, segundo Harvey:

A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.<sup>51</sup>

Além disso, ao expandir esse modo de produção, os países desenvolvidos necessitavam manter os países subdesenvolvidos em um patamar de geração de força de trabalho e de consumo, mas não ao ponto de serem força competitiva no mercado, o que suscitou desigualdades desenvolvimentistas nas diferentes regiões geográficas.

Segundo Harvey, essa acumulação permitiu o que ele chama de “compressão do espaço-tempo” no sentido de redução de fronteiras comerciais e custos de transportes e, por outro lado, uma expansão de flexibilidade, de tomada de decisões e de mobilidade. Houve, ainda, uma crescente revolução tecnológica, cujos avanços agravaram a escassez de postos de

---

<sup>50</sup> HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 1993. São Paulo: Editora Loyola, 17ª edição, 2008, p. 121.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 140.

trabalho, sobretudo na substituição do trabalho do obreiro por máquinas, intensificando o controle da força de trabalho pelo sistema capitalista.

O século XX foi marcado por mudanças radicais em diversos aspectos, como nas relações de trabalho, nos processos produtivos, nos hábitos de consumo e na geopolítica global. Muitas explicações acerca da dimensão migratória atual residem na evolução tecnológica e na consequente facilidade de internacionalização de mercados, bens e de pessoas, proporcionada pela globalização. É no mesmo sentido que Boaventura de Sousa Santos explica que o termo “globalização” como se utiliza hoje é, na verdade, a globalização neoliberal, assim por ele definida:

A globalização neoliberal corresponde a um novo regime de acumulação do capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa, por um lado, dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda atividade social se organiza melhor quando se organiza sob a forma de mercado.<sup>52</sup>

Nessa concepção, os dois autores dialogam no sentido de entender que os novos rumos capitalistas geraram uma divisão desigual dos custos e das oportunidades no mundo, assim como uma expansão geográfica sem freios diante do controle da força de trabalho decorrente do desemprego estrutural que se gerou. Desse modo, por não se vincular mais a aspectos sociais e humanitários, o capital gera pobreza e desigualdades sem precedentes devido à necessidade da manutenção de uma empobrecida mão-de-obra excedente para futura exploração.

Sob essa perspectiva, o fenômeno da globalização da economia criou um ambiente hostil nas relações entre capital e trabalho. Isso ocorre porque o capitalismo é um processo que culmina necessariamente em crises cíclicas. Essas crises ocorrem em grande medida porque para se manter esse sistema necessita de uma luta contínua em busca de consumo, de um excedente de mão-de-obra precária gerado muitas vezes pelo estímulo de fluxos migratórios para o trabalho, pela expansão geográfica e, ao mesmo tempo, pela conquista de territórios não adeptos ao sistema. Nesse ponto, a expansão geográfica em busca de lugares apropriados para a acumulação pode facilmente dar lugar à destruição desses mesmos espaços em momentos de crises para que, posteriormente, se crie novos ambientes para a geração de riquezas.

---

<sup>52</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13.

Contudo, na grande maioria das vezes, esses espaços estão ocupados por populações invisibilizadas que não podem contar com a proteção estatal na medida em que o Estado necessita agir sob o comando do interesse público e, de igual modo, criar um ambiente de atração para o capital financeiro transnacional e reprimir sua fuga. É nesse ponto em que há a desapropriação do pequeno agricultor e de populações indígenas inteiras em detrimento da industrialização.

A ocupação de terras produtivas por grandes empresas em busca de exploração e lucro gerou um êxodo rural significativo e uma consequente expansão demográfica das cidades. Esse deslocamento populacional deu ao capitalismo uma saída para obter novos mercados por meio da urbanização das cidades. Com o uso de mão-de-obra barata na área de construção civil, o ramo imobiliário passou a ser um negócio extremamente lucrativo, criando cidades centrais urbanizadas rodeadas por periferias miseráveis.

Para Singer, há uma raiz social que motiva as migrações conforme construções históricas de desigualdades regionais. Na concepção do autor “as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas”. Em sua abordagem, Singer destaca, ainda, que o lugar de destino dessas migrações possui fatores de atração que orientam e atraem os fluxos migratórios. Todavia, o fator mais significativo desses lugares de atração seria a demanda por força de trabalho, expresso pelo termo “oportunidades econômicas”.<sup>53</sup>

Nesse mesmo sentido, Harvey cita o papel intrínseco da urbanização no sistema capitalista não somente como consequência, mas igualmente como parte integrante necessária ao capital, isso porque a urbanização possui um papel ativo na absorção do excedente de capital e na garantia de novos postos de trabalho de baixo custo para a produção. Desse modo, assinala o autor:

O capitalismo fundamenta-se, como nos diz Marx, na eterna busca de mais-valia (lucro). Contudo, para produzir mais-valia, os capitalistas têm de produzir excedentes de produção. Isso significa que o capitalismo está eternamente produzindo os excedentes de produção exigidos pela urbanização. A relação inversa também se aplica. O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização.<sup>54</sup>

<sup>53</sup> SINGER, Paul. **Migrações internas**: considerações teóricas sobre o seu estado. In: MOURA, H. A. (org.) Migração interna. textos selecionados. Fortaleza, 1980, p. 217.

<sup>54</sup> HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo - São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 30.

Ante o exposto, mostra-se inquestionável a relação da expansão capitalista nos fluxos migratórios por trabalho. Contudo, o próprio processo de expansão contínuo é um sistema falho na medida em que o capital, quando se sente ameaçado pela ausência de acumulação, destrói espaços conquistados para que, posteriormente, os reconstrua e se inicie novamente o ciclo de geração de lucro. Nesse sentido é que o sistema inevitavelmente irromperá sob forma de crises econômicas mundiais.

Outro fator de destaque é o discurso político que tem ganhado cada vez mais adeptos no mundo no sentido de polarizar os sujeitos da fuga como invasores, ameaças à segurança nacional e aos empregos dos cidadãos. Esse fator associado à retórica da crise torna-se um pretexto para fechamento de fronteiras, investimento em segurança e criação de barreiras à mobilidade. Ademais, é um meio de esconder que a chamada “crise dos refugiados” é, na verdade, a consequência do imperialismo e a da busca incessante por expansão e acumulação de capital numa competição mundial.

### **2.1.1. A conjuntura da migração haitiana**

O Haiti, na última década, foi um dos países da América Latina com um dos grandes contingentes emigratórios, sobretudo após o terremoto de 2010. Esse fator ambiental é amplamente explorado pela mídia e pelo discurso político de países como Estados Unidos e Brasil como a causa determinante do recente fluxo migratório haitiano. Desse modo, ante a necessidade de corroborar com o exposto anteriormente, cumpre traçar, em linhas gerais, uma breve parte da história haitiana até os recentes acontecimentos que culminaram em um dos maiores deslocamentos populacionais do país.

Após os anos de colonização perversa e predatória francesa, o Haiti, por meio de uma revolta, conseguiu sua independência. Contudo, mesmo depois de anos de exploração, a França somente o reconheceria como país independente mediante o pagamento de uma “indenização” abusiva. Diante disso, houve um grande endividamento do país caribenho, que utilizou em larga escala seus recursos naturais e a superexploração dos trabalhadores para superar a dívida.

Após a independência do país, deu-se a expansão imperialista dos Estados Unidos, sob pretexto humanitário, que, com apoio da burguesia local, expulsou os trabalhadores do

campo, utilizou-se da mão-de-obra haitiana em plantações de cana-de-açúcar em outros países e inseriu empresas capitalistas de açúcar, borracha e banana nas terras saqueadas. A classe trabalhadora haitiana, ainda que sob condições desumanas, resistia e organizava-se em sindicatos, fundando o Partido Comunista Haitiano – PUCH. Com medo de novas revoluções, o imperialismo norte-americano financiou um golpe de Estado e aniquilou a resistência haitiana com a sangrenta ditadura dos Duvalier.

Desse modo, o caminho estava livre para a superexploração política, econômica e social da classe trabalhadora haitiana. Esse processo de dominação capitalista no Haiti em prol de interesses internacionais é evidenciado pelo sociólogo haitiano Franck Seguy:

Não se pode negar que a aplicação da amarga medicação econômica neoliberal nos países periféricos quer sempre, entre outras medidas, a abertura sem fronteiras dos mercados; a desregulamentação ou a eliminação de todo controle nacional em prol do capital estrangeiro; a privatização das empresas públicas e das instituições de previdência social.<sup>55</sup>

Após outros golpes sofridos pelo país caribenho, financiados essencialmente pelos Estados Unidos, em 2004, a ONU aprovou a ocupação de tropas militares no Haiti sob o pretexto de reestruturar o país e a polícia haitiana. Contudo, há críticas no sentido de que Estados Unidos, ONU e a ocupação militar da MINUSTAH<sup>56</sup> liderada pelo exército brasileiro visavam a um projeto de recolonizar o país, impondo ainda mais exploração sobre a classe trabalhadora haitiana para salvaguardar interesses da acumulação do capital.

O avanço do neoliberalismo econômico no Haiti, sobretudo no campo, com a privatização de estatais e a construção de empresas, impactou diretamente na agricultura familiar, promovendo uma expulsão da população que vivia nessas terras. Houve uma migração forçada do campo para as cidades, gerando explosão demográfica, aumento no desemprego e de trabalhos precários, como os pequenos vendedores ambulantes que vêm sendo expulsos também das cidades e tratados como criminosos.<sup>57</sup>

Em 2010, o país, que já se encontrava em situação de extrema vulnerabilidade social, econômica e política, foi alvo de um terremoto que devastou o país, matou centenas de milhares de pessoas e agravou ainda mais a situação precária do país. Diante do baixo estágio

---

<sup>55</sup> SEGUY, Franck. **Globalização neoliberal e lutas populares no Haiti**: crítica à modernidade, sociedade civil e movimentos sociais no estado de crise social haitiano. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9617>. Acesso em: 11.11.2018.

<sup>56</sup> Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti.

<sup>57</sup> SEGUY, Op. Cit., p.26



de desenvolvimento humano, o Haiti não tinha condições de se recuperar plenamente. O resultado foi a expansão do deslocamento de milhares de haitianos para outros países em busca de melhores condições de vida.

Assim, diferente do amplamente difundido, o fenômeno de grande fluxo de emigração do Haiti não pode ser reduzido ao episódio do terremoto de 2010, apesar de ter sido o estopim para milhares se deslocarem do país. Além disso, fica evidente o motivo de ser considerado o país mais pobre das Américas. O Haiti, durante a maior parte de sua história foi dominado por outros países e sua população superexplorada, sobretudo no trabalho.

O imperialismo e o capitalismo de países como Estados Unidos e França utilizaram todos os recursos do país caribenho deixando rastros como a desertificação de lugares antes propícios à agricultura mediante o financiamento de governos, a privatização de empresas estatais, a expulsão de populações do campo para as cidades, gerando uma explosão demográfica das cidades haitianas, com a população pobre vivendo nas ruas e em condições precárias de trabalho.

Somado a todos esses acontecimentos, o desastre ambiental de 2010 foi somente a ponta do iceberg de um conjunto de vulnerabilidades, como “instabilidade política, mazelas sociais e econômicas e catástrofes ambientais frequentes”<sup>58</sup> que propiciaram a saída de milhares de haitianos de seu país de origem.

Há quem diga que o Brasil utilizou o país caribenho para testes de equipamentos militares, além de ter permitido uma experiência real aos soldados brasileiros<sup>59</sup>. Além disso, especula-se que a missão da ONU teria sido a responsável pela grande epidemia de cólera que assolou o país em 2010, com a contaminação por militares nepaleses. Em 2017, a operação militar foi encerrada, com resultado mais benéfico ao Brasil do que ao Haiti, visto que aquele teve um aperfeiçoamento militar, além de ter sido impulsionado internacionalmente frente a novas missões, enquanto este continua com o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Américas.<sup>60</sup>

---

<sup>58</sup> OLIVEIRA, Wagner. **Haitianos no Brasil: hipóteses sobre a distribuição espacial dos imigrantes pelo território brasileiro**. Pesquisa realizada pela FGV/DAPP, 2015. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/haitianos-no-brasil-hipoteses-sobre-distribuicao-espacial-dos-imigrantes-pelo-territorio-brasileiro>. Acesso em: 12.11.2018.

<sup>59</sup> CHARLEAUX, João Paulo. **Qual o balanço da missão de paz brasileira no Haiti?** 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/25/Qual-o-balan%C3%A7o-da-miss%C3%A3o-de-paz-brasileira-no-Haiti>. Acesso em: 19.10.2018.

<sup>60</sup> IDH 2015: América Latina. Disponível em: <http://www.projetolatinoamerica.com.br/idh-2015-america-latina>. Acesso em: 12.11.2018.

Assim, em 2010, após o terremoto que assolou o Haiti e dizimou centenas de milhares de pessoas, o deslocamento da população haitiana para o Brasil teve um aumento significativo, com a entrada desses imigrantes pela região Norte do país, o que parece razoável tendo em vista a ocupação haitiana por tropas militares da MINUSTAH, lideradas pelo exército brasileiro. Em 2011, já se verificava uma superlotação dos abrigos e alojamentos na fronteira do país com o Peru. Lá, os imigrantes aguardavam a concessão de documentos para regularizarem a situação no país e poderem migrar para outras regiões.

Desse modo, em 2012, o CNIg aprovou a Resolução Normativa n. 97 para conceder visto humanitário aos imigrantes haitianos que quisessem entrar no Brasil, reduzir a ação de “coiotes” e garantir um deslocamento seguro para o país. Entretanto o Brasil não adotou políticas eficazes de integração socio-laboral dessa população, visto que, ainda hoje, não são raros os casos de flagrante de imigrantes em trabalhos em condições análogas à escravidão.<sup>61</sup>

## **2.2. As consequências da mobilidade para o trabalho**

Como visto, o trabalho tem papel fundamental nos fluxos migratórios por ser uma das principais motivações que fazem um indivíduo deixar seu país de origem em busca de melhores condições de vida ou, no caso dos refugiados, é a busca da esperança e o ponto de partida quando se chega no país destinatário.

Por outro lado, verifica-se que é também no trabalho migrante que o grande capital encontra subsídio para a superexploração de uma lucrativa mão-de-obra vulnerabilizada. Não obstante essa condição de vulnerabilidade social, é no trabalho que o migrante e o refugiado encontram possibilidade de integração e pertencimento na sociedade receptora.

Contudo, o papel do trabalhador em uma sociedade perpassa a construção de uma identidade de pertencimento, não sendo assegurada simplesmente pelas relações de trabalho. De fato, é a partir do trabalho que um indivíduo constrói seu papel social e assegura condições para uma ideia de reconhecimento, pertencimento e construção de diálogo com seu meio social.

---

<sup>61</sup> CNIg. Resolução Normativa n. 97, de 12 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=116083>. Acesso em: 26.11.2018.

Essa consciência de identidade social a partir de um coletivo de trabalho surge no momento em que a própria sociedade enxerga o trabalho e o trabalhador, seja na perspectiva produtiva, seja na perspectiva da integração social. Conforme elucidado no tópico do panorama migratório brasileiro, no século XX, o processo de urbanização e de industrialização das cidades atraiu força de trabalho estrangeira que, nas condições vividas, integrou-se à sociedade e difundiu ideias de associações e de conscientização coletiva dos trabalhadores urbanos, dando origem aos primeiros sindicatos.

O trabalho passa a ser visto numa perspectiva de integração e de identidade social entre trabalhadores como luta por emancipação dessa classe contra um sistema opressor que prioriza a produção e o lucro em detrimento de condições dignas. Nessa perspectiva, se o trabalho passa a ser visto como emancipador e construtor de uma identidade social entre cidadãos, é de se esperar que tenha o mesmo sentido nas relações laborais dos indivíduos que migram. Isso porque esses indivíduos são dotados de valores, cultura e idioma diferentes e chegam ao país de destino sem nenhum ou com muito pouco conhecimento local, sendo por meio do labor sua integração com a sociedade receptora.

O discurso econômico, apropria-se dessa perspectiva social e trata o trabalhador como livre, de modo que pode vender como, onde e pelo motivo que quiser a sua força de trabalho. Para Marx, esse discurso não é de todo errado, contudo, afirma que é preciso analisar essas liberdades por um viés mais realista do ponto de vista do trabalhador que, em suas palavras, é:

livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho.<sup>62</sup>

Nessa concepção, evidencia-se que o trabalhador é livre no limite de ter como única opção a venda de sua força de trabalho para a sobrevivência. David Harvey traz que essa liberdade dual é manifestada de modos radicalmente distintos em relação a sua mobilidade geográfica. Para Harvey, o trabalhador é parte integrante do capital, sendo o próprio “capital variável” na medida em que usa a mobilidade como meio de fugir dos aspectos da exploração e buscar melhorar suas condições de vida. Nesse sentido, afirma, ainda, que “as leis que

---

<sup>62</sup> MARX, Karl. **Grundrisse**: Manuscritos econômicos de 1857-1858. Livro I. Trad. Mario Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo, Boitempo, 2011, p. 244.

governam o movimento do capital variável estão incorporadas dentro daquelas que regulam a mobilidade e a acumulação do capital em geral.”<sup>63</sup>

O trabalho livre não significa apenas o trabalho que não é forçado. Na verdade, está mais relacionado à possibilidade de o trabalhador oferecer a sua força de trabalho onde quiser, geralmente em sua área afim. O trabalhador migrante, assim como os solicitantes de refúgio, devido a essas condições e ao desconhecimento sobre a legislação do país de destino, não possuem liberdade de ir e vir e de dispor de sua força de trabalho onde e quando bem entenderem. Na concepção marxista, não é o capital quem acompanha o trabalhador, mas sim este necessita seguir os caminhos do capital aonde quer que ele vá. É inequívoco o controle da mobilidade geográfica da força de trabalho pelo capital, conforme as necessidades de manutenção da fluidez e da acumulação capitalista.

### 2.3. Trabalhadores imigrantes e refugiados em subempregos no Brasil

Um estudo divulgado em 2015 pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, aponta que, em 2013, havia, em âmbito mundial, 232 milhões de migrantes internacionais, dos quais 150 milhões eram trabalhadores migrantes. Esse relatório, denominado “estimativas Globais da OIT sobre Trabalhadores Migrantes”, mostra que a maior parte dos migrantes chegam a outro país à procura de oportunidades de emprego.<sup>64</sup>

As consequências da mobilidade por trabalho não são evidenciadas somente pelos fluxos migratórios recentes, mas inclusive no controle da disponibilidade da força de trabalho ao capital. Mostra-se evidente o interesse do capital, por exemplo, em restringir a mobilidade de migrantes em diversos países cujas leis trabalhistas são precárias e a exploração do trabalho pode elevar em escalas expressivas seus lucros. Isso é evidenciado pela utilização de mão-de-obra em condições análogas ao trabalho escravo por grandes empresas.<sup>65</sup>

<sup>63</sup> Harvey, David. **Os limites do capital**. Trad. Magda Lopes. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 555.

<sup>64</sup> INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION. **Global estimates of migrant workers and migrant domestic workers: results and methodology**. Geneva, 2015, executive summary, p.5. Disponível em: [http://ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms\\_436343.pdf](http://ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_436343.pdf). Acesso em: 30.10.2018.

<sup>65</sup> Desabamento em Bangladesh revela lado obscuro da indústria de roupas. 29 de abril de 2013. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130428\\_bangladesh\\_tragedia\\_lado\\_obscuro](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130428_bangladesh_tragedia_lado_obscuro). Acesso em: 4.11.2018.

Os recentes discursos políticos de países capitalistas desenvolvidos acerca da restrição de migrações e fechamento de fronteiras são superficialmente embasados na perspectiva de manutenção segurança nacional e da soberania estatal. Todavia, pouco se explora acerca de interesses perversos por trás desses discursos. A esse respeito, destaca David Harvey:

As políticas de emigração e imigração podem ser manipuladas a pedido de determinados capitalistas, enquanto as próprias firmas podem conferir direitos de tempo de serviço não transferíveis e acordos de pensão que atuam como barreiras ao movimento. Até mesmo a mobilidade geográfica pode ser em parte controlada dentro do mercado de trabalho interno das grandes corporações mediante esquemas de promoção e incentivo. Portanto, a mobilidade social e geográfica da força de trabalho pode ser orquestrada segundo as necessidades particulares.<sup>66</sup>

Zygmunt Bauman elucida essa concepção acerca dos recentes discursos políticos sobre a migração:

Os governos não estão interessados em aliviar as ansiedades de seus cidadãos. Estão interessados, isto sim, em alimentar a ansiedade que nasce da incerteza quanto ao futuro e do constante e ubíquo sentimento de insegurança (...). A “securitização” é um truque de mágica, calculado para ser exatamente isso. Ela consiste em desviar a ansiedade, de problemas que os governos são incapazes de enfrentar (ou não têm muito interesse em fazê-lo), para outros, com os quais os governantes – diariamente e em milhares de telas – aparecem lidando com energia e (por vezes) com sucesso.

(...)

No primeiro tipo de problema encontram-se fatores fundamentais da condição humana, como a oferta de empregos de qualidade, a confiança e a estabilidade da condição social, a proteção efetiva contra a degradação social e a imunidade quanto à negação da dignidade – todos esses determinantes da segurança e do bem-estar que os governos, os quais antes prometiam pleno emprego e uma ampla previdência social, são hoje incapazes de anunciar, que dirá fornecer. No segundo tipo, a luta com terroristas que conspiram contra a segurança de pessoas comuns e suas estimadas posses facilmente se destaca e ganha predominância – ainda mais pela sua chance de alimentar e sustentar a legitimação do poder e os efeitos do esforço de amealhar votos por um longo tempo.<sup>67</sup>

Nesse ponto, observa-se a importância dos discursos políticos que fomentam o racismo, o sexismo, a xenofobia, o nacionalismo e preconceitos étnicos e religiosos com intenção de controlar a classe trabalhadora e desviar a atenção de problemas reais internos. Por trás desses discursos, corroborados pelo crescente avanço da extrema direita em diversos países, há um interesse capitalista muito maior em barrar a livre mobilidade em razão da manutenção

<sup>66</sup> Ibidem, p. 557.

<sup>67</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos a nossa porta**. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016, p. 21.

da acumulação de capital. De mesmo modo, busca-se fragmentar os diversos setores da classe trabalhadora com vistas a enfraquecer o movimento e manter o controle social.

De fato, o discurso de manter os indivíduos de maior vulnerabilidade social e econômica em um patamar de sobre-exploração e à mercê da sociedade e como uma espécie de inimigo em comum parece ser interessante na perspectiva de esquivar-se de seu papel, manter a sociedade satisfeita e atender aos interesses do capital.

A escolha de fugir e buscar uma vida digna, contudo, acaba sendo a melhor do que ficar e permanecer na mesma situação ou pior. Assim, se for preciso comercializar sua mão-de-obra, o farão sem pestanejar. Essa condição, contudo, não comove empregadores sedentos por lucros a qualquer custo. Pelo contrário, ao chegarem com conhecimentos limitados – ou nenhum – acerca das condições locais e sem poder de barganha, os imigrantes e refugiados são massivamente submetidos a situações subumanas de trabalho.

A condição dos imigrantes e dos solicitantes de refúgio é uma condição vulnerável nos diversos aspectos da palavra. Paul Ricoeur situa a exclusão da linguagem como uma mutilação do indivíduo como sujeito de direitos. Para o filósofo, a incapacidade de poder dizer, explicar, argumentar é apenas uma parte da desigualdade que tira desses indivíduos de sua autonomia e os coloca em situação de vulnerabilidade. De fato, após enfrentarem dificuldades no deslocamento para os países de destino, refugiados e imigrantes encontram outros obstáculos ao chegarem no país receptor. A barreira do idioma é o primeiro deles, inclusive no Brasil, que não possui uma política efetiva de comunicação e de integração ao idioma local.<sup>68</sup>

A burocracia e a ausência de informação, até mesmo pelas autoridades de migração, permite uma espécie de apagamento do passado desses indivíduos. Diante do atual cenário, parece não importar quem o sujeito era em seu país de origem, qual sua formação. A validação do diploma é outro obstáculo enfrentado. Em algumas instituições brasileiras, revalidar um certificado de ensino superior pode ser superior a R\$ 2.000,00, fora os custos de tradução. Não é preciso muito esforço para compreender que um refugiado, que foge de seu país de origem para sobreviver, ou um imigrante que se desloca por razões econômicas não terá R\$ 2.000,00 para conseguir validar seu diploma e poder exercer sua profissão no Brasil.

A advogada da ONG Compassiva, que atende refugiados, Camila Tardin afirma: "hoje, temos no Brasil apenas 14% da população com ensino superior completo, e recebemos

---

<sup>68</sup> RICOEUR, Paul. **O justo 2: justiça e verdade e outros estudos**. Tradução Ivonne C. Benedetti. São Paulo: WWF Martins Fontes, 2008, p. 84.

vários refugiados que têm ensino superior, mestrado, doutorado, falam quatro idiomas. Quando não reconhecemos seus diplomas, perdemos mão de obra qualificada”.<sup>69</sup>

Esses entraves causam processos de não reconhecimento de si mesmo no meio em que vive. Além disso, em meio a necessidade, esses obstáculos à inserção no mercado de trabalho abrem espaço para a economia informal, os subempregos e, na pior das hipóteses a sujeição a condições de trabalho forçado por meio do aliciamento que ocorre sobretudo nas fronteiras do país.

Associada a esses desafios existe uma construção social de que os imigrantes e refugiados, embora amparados pelo ordenamento jurídico nacional e internacional, não devem ter os mesmos direitos que os nacionais ou devem ter menos direitos. Na concepção de Boaventura de Sousa Santos, há, na maior parte das democracias atuais, o que ele chamou de fascismo social, em que certos tipos de pessoas não possuem direito a ter direitos. Isso demonstra outra dificuldade na integração dessas populações na sociedade receptora.

A vulnerabilidade característica desses indivíduos é o que permite os baixos encargos trabalhistas em ofertas de mão-de-obra de reduzidos custos que não agradam os trabalhadores nacionais. Assim, reduzir essa vulnerabilidade dos deslocados seria aumentar os custos de produção nos países de destino, o que não é de interesse estatal. Nesse sentido:

A ausência de proteção ao imigrante enquanto sujeito de direito é resultado de um complexo de interesses alimentados por uma estrutura de poder, que trazem vantagens a grupos hegemônicos e se utilizam da exploração dos imigrantes enquanto submetidos a uma condição de vulnerabilidade legitimamente estabelecida na estrutura social e cultural do país de destino.<sup>70</sup>

Desse modo, resta claro porque há um crescente número de trabalhadores imigrantes e refugiados em subempregos e em trabalhos forçados sem a proteção estatal devida. De fato, o Brasil possui uma proposta de garantia de justiça social e de dignidade humana, principalmente por meio do trabalho, das leis trabalhistas e da Constituição, entretanto, não há, de fato, essa proteção nem para a classe trabalhadora brasileira. Nos dizeres de Harvey:

(...) em muitas regiões metropolitanas essas práticas em massa são sistematicamente exercidas contra segmentos vulneráveis da população. É importante reconhecer o

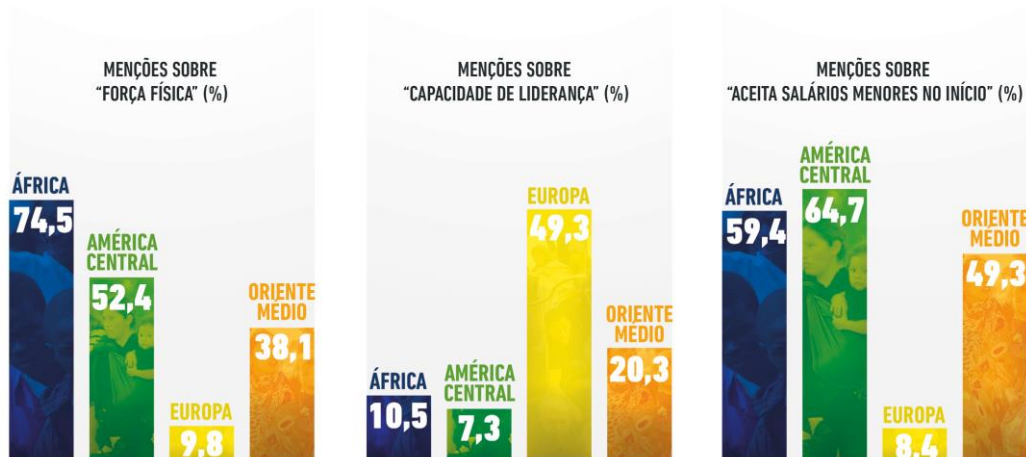
<sup>69</sup> BAZZO, Gabriela; FARJADO, Vanessa. **Burocracia é entrave para revalidar diplomas de refugiados**. São Paulo/Londres. 16 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/09/burocracia-e-entrave-para-revalidar-diplomas-de-refugiados.shtml>. Acesso em: 21.11.2018.

<sup>70</sup> TORRES, Daniel Bertolucci. **Vulnerabilidade e exploração**: considerações sobre as relações entre o imigrante e o trabalho em condição análoga à de escravo. Migração, trabalho e direitos humanos. Tradução Livre. São Paulo: LTr, 2017, p. 122.

quão facilmente reajustes salariais reais podem ser gradativamente retomados dos trabalhadores pela classe capitalista como um todo por meio de atividades predatórias e exploradoras no âmbito do consumo. Para grande parte das populações urbanizadas de baixa renda a excessiva exploração de seu trabalho e a expropriação de seus parques bens constitui uma perpétua drenagem de sua capacidade de manter condições minimamente adequadas de reprodução social. Esta é uma condição que exige organização de toda a cidade e uma resposta política de toda a cidade.<sup>71</sup>

Além disso, a pesquisa “Caminhos para o refúgio: inserção produtiva e social de refugiados no Brasil” trouxe dados alarmantes acerca do conhecimento de muitos empregadores sobre a contratação de refugiados. Segundo a pesquisa, 386 profissionais de recursos humanos da região metropolitana de São Paulo participaram do questionário. 91,2% dessas pessoas afirmam não saber os procedimentos para contratação de profissionais refugiados e 47,8% acreditam que seus colegas preferem não contratar refugiados ou imigrantes por medo de auditorias do Ministério do Trabalho.<sup>72</sup>

Outro estigma que a pesquisa evidenciou foi a característica mais associada aos respectivos imigrantes da África, da América Central, da Europa e do Oriente Médio. Os africanos e os americanos foram os que mais receberam menções acerca de força física e da aceitação de salários menores no início. Por outro lado, os Europeus tiveram mais menções sobre sua capacidade de liderança, conforme gráficos a seguir:



Fonte: Migra Mundo

<sup>71</sup> HARVEY. Op. Cit. 2014, p. 118.

<sup>72</sup> MIGRAMUNDO. **Caminhos para o Refúgio: inserção produtiva e social de refugiados no Brasil**. Coordenação: Leandro de Carvalho. 2017. Disponível em: <https://migramundo.com/wp-content/uploads/2018/06/CAMINHO-PARA-O-REF%C3%9AGIO.pdf>. Acesso em: 22.11.2018.



De fato, as dificuldades enfrentadas por esses indivíduos desde a chegada, com o idioma local, a burocracia para concessão de visto e revalidação do diploma, até a contratação retratam a realidade e a razão de a maioria de trabalhadores imigrantes e refugiados advindos especialmente da América Latina, encontram-se em subempregos, como vendedores ambulantes, sujeitos a riscos inclusive em relação à xenofobia que tem crescido na mesma amplitude que crescem os fluxos migratórios.

O Brasil é um país que possui uma legislação moderna e acolhedora, que garante direitos iguais a todos. Assim, cumpre analisar em que medida o Estado brasileiro tem procurado efetivar os direitos fundamentais desses imigrantes e refugiados que chegam todos os dias em busca de condições dignas de vida. Nesse ponto, dada a relevância do trabalho nessa mobilidade, cumpre analisar como o Direito do Trabalho tem garantido a proteção dos direitos humanos e da justiça social a essas pessoas.

### **Capítulo III – O Direito Constitucional do Trabalho e o papel do Estado perante os atuais fluxos de deslocamento**

#### **3.1. A evolução do Direito Constitucional do Trabalho como garantidor de direitos fundamentais**

Constata-se, diante do panorama trazido acerca dos recentes fluxos migratórios, que uma das principais razões da migração voluntária é a busca por melhores condições de vida e por um emprego digno. Na perspectiva dos deslocamentos forçados, a busca pela sobrevivência é a causa principal desses fluxos, mas é no trabalho que veem uma garantia de uma nova vida. Diariamente, milhões de pessoas veem na mobilidade uma alternativa para oportunidades melhores que não encontram em seus países de origem.

O direito internacional, assim como o interno, como visto, são fatores fundamentais na promoção de assistencialismo a essas populações vulneráveis. Contudo, é preciso analisar em que medida essas normas são aplicadas e se são, de fato, efetivas, sobretudo na questão da inserção no mercado de trabalho brasileiro.

O contexto de modificação produtiva elencado anteriormente, essencialmente a mudança para a acumulação flexível, gerou modificações na organização do trabalho, com novos meios de administração e de contratação cujos pilares eram a flexibilização de direitos trabalhistas, surgimento da terceirização e a precarização das condições de trabalho. Todavia, foi também no século XX que o Direito do Trabalho ganhou relativo destaque e desenvolvimento, visto que, foi após a Primeira Guerra Mundial que essa área do direito ganhou dimensão internacional com a criação da OIT. Além disso, os direitos trabalhistas ganharam pela primeira vez aspectos constitucionais, com a Constituição do México – 1917 e com a Constituição de Weimar – 1919.

Houve, após a Segunda Guerra, uma mudança paradigmática dos direitos, sobretudo dos direitos humanos devido aos horrores causados pela guerra e pela grande violação de direitos. O Direito do Trabalho passa a ser tratado como direito constitucional fundamental em diversos ordenamentos jurídicos, passando a ser um elemento essencial na luta por direitos sociais.

No ordenamento jurídico brasileiro, o Direito do Trabalho foi inserido, de forma definitiva e significativa com a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, de 1943. Apesar

disso, foi com a Constituição de 1988 que o labor ganhou papel de destaque como direito fundamentalmente garantido e protegido pelo Direito do Trabalho. Nas palavras de Rúbia Zanutelli de Alvarenga:

A Carta Magna de 1988 representa, pois, matriz do Direito Constitucional do Trabalho, não só pela proteção que ela confere aos direitos sociais trabalhistas, mas também por ter inaugurado, no país, uma fase maturação para o Direito do Trabalho, cuja análise somente pode ser empreendida desde que conjugada com os direitos fundamentais trabalhistas que têm como fundamento a *dignidade da pessoa humana*.

Diante de tais considerações, verifica-se que somente após a Constituição Federal de 1988 pode-se falar, efetivamente, na existência de um Direito Constitucional do Trabalho no Brasil.<sup>73</sup>

Foi com a Constituição cidadã, como passou a ser chamada, que o Direito do Trabalho passou a ser um direito inerente a todos os cidadãos, independente da nacionalidade ou condição social. Essa área jurídica surgiu com o objetivo de regular e equilibrar, em certa medida, as relações originariamente desiguais entre empregado e empregador, de modo a proporcionar um caráter mais civilizatório e democrático ao capitalismo. Outrossim, o labor passou a ser um instrumento de integração social e de pertencimento ao meio e à sociedade em que se vive. Nesse sentido:

O Direito do Trabalho consiste em instrumento jurídico de promoção da dignidade humana na medida em que contribui para a afirmação da identidade individual do trabalhador, de sua emancipação coletiva, além de promover sua inclusão regulada e protegida no mercado de trabalho. Por meio de contínuo aperfeiçoamento, o Direito do Trabalho promove os ideais de justiça social e de cidadania, ambos relacionados à salvaguarda da dignidade humana – diretriz norteadora do Estado Democrático de Direito.<sup>74</sup>

De fato, o Direito do Trabalho, sobretudo após a promulgação da Constituição de 1988, tem caminhado lado a lado na promoção da dignidade humana, dos direitos humanos e da justiça social. Essa última atua como um dos pilares dos direitos humanos no sentido de proporcionar a cada indivíduo interações sociais com objetivo de garantia de desenvolvimento pessoal, social e comunitário. Para isso, o indivíduo deve ter a garantia de sua inclusão social por meio de oportunidades iguais a bens e serviços oferecidos pelo Estado e de rendas dignas ao seu desenvolvimento e de sua família.

<sup>73</sup> ALVARENGA, Rúbia Zanutelli. **Trabalho decente**. Direito humano e fundamental. São Paulo: LTr, 2016, p. 62.

<sup>74</sup> DELGADO, Gabriela Neves; RIBEIRO, A. C. P. C. **Os direitos sociotrabalhistas como dimensão dos direitos humanos**. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, v. 79, p. 199-219, 2013. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/39825>. Acesso em: 18.11.2018.

Nesse sentido, com a constitucionalização do Direito do Trabalho, as normas trabalhistas deixaram de tutelar apenas os aspectos materiais e patrimoniais do trabalhador e passaram a proteger igualmente sua integridade psíquica e moral, de modo a proporcionar uma proteção integral nas relações trabalhistas.<sup>75</sup>

Assim, em 1999, a OIT formalizou o conceito de trabalho decente no sentido de fomentar trabalho de qualidade em condições de igualdade, liberdade, segurança e dignidade humana, instituindo, ainda, como premissa, a redução da pobreza mediante redução das desigualdades sociais, a garantia da democracia e da sustentabilidade. Com efeito, foi instituído o Programa do Trabalho Decente, cujos pilares são:

1. o respeito aos direitos no trabalho, especialmente aqueles definidos como fundamentais (liberdade sindical, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil);
2. a promoção do emprego produtivo e de qualidade;
3. a ampliação da proteção social;
4. e o fortalecimento do diálogo social.<sup>76</sup>

Ainda, segundo a Recomendação 204 da OIT, refere-se a economia informal “todas as atividades econômicas dos trabalhadores e das unidades econômicas que, na lei ou na prática, não estejam cobertas ou estejam insuficientemente cobertas por disposições formais”.<sup>77</sup> Essa recomendação ressalta a necessidade de se atentar às pessoas vulneráveis, especialmente migrantes, a trabalhos informais que não são totalmente protegidos pela lei.

Ante o exposto, verifica-se o papel do trabalho na vida individual e coletiva do indivíduo, seja na sua subsistência, na emancipação social e na garantia de uma vida digna como sujeito de direitos, seja na sua integração social como sujeito coletivo e na garantia de relações laborais democráticas.

Nesse mesmo sentido de proteção à dignidade humana, à liberdade, à igualdade e ao trabalho decente pelo direito constitucional do trabalho, busca-se analisar como o sistema

---

<sup>75</sup> PEREIRA, Ricardo José Macêdo de Britto. **O Direito constitucional do trabalho depois da Constituição de 1988 e a aplicação do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana nas relações de trabalho.** Direitos humanos e relações sociais trabalhistas – São Paulo: LTr, 2017, cap. 19, p. 212.

<sup>76</sup> OIT. **Trabalho Decente.** Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 18.11.2018.

<sup>77</sup> Idem. **Recomendação relativa à transição da economia informal para a economia formal.** Genebra, 2015, p. 4. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_587521/lang-pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_587521/lang-pt/index.htm). Acesso em: 20.11.2018.

jurídico brasileiro visa a garanti-los aos trabalhadores migrantes e aos refugiados que chegam em território brasileiro em busca de uma vida digna.

A Constituição de 1988 traz princípios fundamentais, valores, direitos e garantias essenciais que devem reger todo o Estado Democrático de Direito brasileiro. Dentre os principais dispositivos acerca do debate trazido, ressalta-se:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho (...);

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:  
I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- II - prevalência dos direitos humanos;
  - IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.<sup>78</sup>

No artigo 1º, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho são trazidos como princípios fundamentais do Estado brasileiro. O artigo 3 traz os objetivos fundamentais que devem ser perseguidos, os quais destacam-se a construção de uma sociedade livre e solidária e a promoção do bem de todos, sem qualquer tipo de discriminação, inclusive o preconceito relativo à origem.

Por fim, o artigo 4º os princípios que devem reger as relações entre o Brasil e as demais nações, quais sejam traz que os direitos humanos devem prevalecer nas relações internacionais, assim como a cooperação entre os povos pela busca do progresso da humanidade. Por fim, o parágrafo único do art. 4º determina a integração econômica, política, social, e cultural dos povos da América Latina.

---

<sup>78</sup> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 18.11.2018.

Verifica-se que a Constituição de 1988 traz diversos elementos regidos essencialmente pelos direitos humanos, sem que haja discriminação de qualquer tipo e sem ressalvas à aplicação desses dispositivos aos imigrantes e aos refugiados. Isso porque o *caput* do art. 5º, que trata dos direitos e garantias fundamentais, determina expressamente que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

Cumprе salientar que a Constituição utiliza o termo “estrangeiro” em seu sentido amplo, não diferenciando os termos em sentido estrito. Desse modo, o art. 5º garante direitos fundamentais igualmente a nacionais, a imigrantes e refugiados residentes no Brasil, sem qualquer tipo de distinção. Há, no entanto, exceções ao princípio da igualdade expressas nos artigos 14, § 2º e 12, § 3º, que tratam da proibição do alistamento eleitoral e da ocupação de cargos públicos pertencentes à sucessão presidencial. Há críticas ao dispositivo que proíbe imigrantes regulares de votar, o que se evidencia pela Proposta de Emenda Constitucional - PEC n. 347, de 2013, no sentido de que esses indivíduos são objeto de discursos políticos, de normas nacionais e de políticas públicas estatais, de modo que deveriam ter o direito ao voto.

Desse modo e limitando-se a utilizar os dispositivos constitucionais expostos como parâmetro, cumpre analisar como o poder público tem se manifestado acerca dos direitos trabalhistas de imigrantes e refugiados.

O Estatuto do Estrangeiro – Lei n. 6.815/80, como analisado anteriormente, reproduzia os retrocessos de sua época, principalmente ao tratar o imigrante como ameaça a segurança nacional. De fato, essa lei entrou em vigor antes da promulgação da Constituição de 1988, entretanto, mesmo após essa data, o estatuto vigorou por anos sem passar pelo crivo do contencioso de recepção, que analisa a recepção ou a revogação de normas pré-constitucionais.

Quando a chamada “crise migratória” se expandiu, o Brasil ainda utilizava esse dispositivo para regular a situação de milhares de imigrantes que entravam todos os dias pelas fronteiras terrestres. Isso fez com que milhares de imigrantes solicitassem refúgio no país para garantirem maior proteção, o que era, na maioria das vezes, negado.

Os artigos 106 e 107 do antigo estatuto do estrangeiro vedavam ao imigrante organizar-se em associações sindicais e o exercício de quaisquer atividades de natureza política, o que feria claramente os princípios da igualdade e da liberdade trazidos pelo art. 5º da

Constituição. Verifica-se, mesmo considerando apenas dois artigos da lei supracitada, a omissão estatal em, primeiramente, não revogar dispositivo que confronta a Constituição e, secundamente, retardar o processo de modificação legislativa que somente produziu efeitos a partir de 2017 - quase trinta anos após a promulgação da Constituição -, o que demonstra descaso e desinteresse do poder público acerca das questões migratórias no país.

A nova Lei de Migração - Lei n. 13.445/2017 -, como visto, trouxe inúmeros avanços, sobretudo por tratar a migração como um direito humano. Nas relações laborais, garantiu aos migrantes, sem discriminação quanto à nacionalidade e da condição migratória, a aplicação de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de normas de proteção ao trabalhador. Apesar do avanço, o decreto que a regulamenta trouxe termos do antigo estatuto que já haviam superados pela nova lei, como “imigrantes clandestinos”.<sup>79</sup>

### 3.2. A omissão do Estado brasileiro como violação de direitos constitucionais

Os vetos à lei de migração também devem ser evidenciados como retrocesso aos direitos humanos. Isso porque o Presidente Michel Temer vetou a livre circulação de povos indígenas e populações tradicionais de fronteira e a anistia a imigrantes que entraram no Brasil até 6 de julho de 2016 e que fizessem o pedido até um ano após a vigência da nova lei.

Contrariando a Constituição, o Presidente vetou o § 2º e o § 3º do art. 4º da nova lei, que permitia ao imigrante ocupar cargos públicos, exceto os já elencados pela Constituição, e impedia a exigência de documento impossível ou descabido para o exercício de seus direitos, nos seguintes termos:

Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados:

**§ 2º Ao imigrante é permitido exercer cargo, emprego e função pública, conforme definido em edital, excetuados aqueles reservados para brasileiro nato, nos termos da Constituição Federal.**

**§ 3º Não se exigirá do migrante prova documental impossível ou descabida que**

---

<sup>79</sup> Art. 172. A entrada condicional no território nacional de pessoa que não preencha os requisitos de admissão poderá, na impossibilidade de retorno imediato do imigrante impedido ou clandestino, ser autorizada pela Polícia Federal, por meio da assinatura de termo de compromisso, pelo transportador ou por seu agente, que assegure o custeio das despesas com a permanência e com as providências necessárias para a repatriação do imigrante.

**difficulte ou impeça o exercício de seus direitos, inclusive o acesso a cargo, emprego ou função pública.** (grifos adotados)

Além disso, foi vetado dispositivo que concedia residência ao imigrante, residente fronteiriço ou ao visitante que fosse aprovado em concurso público. Em relação a tais vetos, foram dadas as seguintes razões:

Os dispositivos possibilitariam o exercício do cargo, emprego ou função pública por estrangeiro não residente, em afronta à Constituição e ao interesse nacional. Além disso, trata em diploma relativo ao tema migratório de matéria reservada à regulação de provimento de cargo público, cuja iniciativa é privativa do Presidente da República, a teor do artigo 61, § 1º, II, 'c', da Constituição. Ademais, reserva a edital de concurso a definição, concessão ou restrição de direitos, o que configura-se inadequado à sua função de apenas direcionar a fiel execução da lei para acesso a carreiras públicas.

Contudo, sobre ocupação de cargos públicos por estrangeiro, aduz a Constituição:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, **assim como aos estrangeiros, na forma da lei;** (grifos adotados)

Ademais, conforme os ditames da Constituição em seu art. 12, § 3º, os cargos privativos de brasileiros natos são os relacionados à chefia de Estado ou sua possibilidade conforme a regra de sucessão presidencial brasileira, além de cargos relativos a relações internacionais, como a carreira diplomática.

Desse modo, não há respaldo constitucional que justifique a vedação da ocupação de outros cargos públicos por imigrantes e refugiados; pelo contrário, o veto presidencial afronta tanto o art. 5, XIII quanto o art. 37, I. igualmente não há fundamento para a exigência de documento impossível ou descabido para que o migrante possa exercer seus direitos e ter acesso a emprego, cargo ou função pública.

Há quem diga que essa dissociação entre a lei e seu decreto regulamentar se deu por motivos políticos, visto que após a aprovação da lei, houve uma apropriação política do discurso de migração para alavancar campanhas. Essa apropriação torna-se fácil uma vez que quem é prejudicado por essa regulamentação não participa do processo eleitoral. Verifica-se, uma omissão estatal em regulamentar o acesso de imigrantes e refugiados a empregos dignos.



De modo mais gravoso, além de omissão, há uma ação estatal inconstitucional que vai de encontro com os princípios trazidos pela Constituição da República e também pela nova Lei de Migração, cujos pilares são a dignidade humana e os direitos humanos.

Essa omissão do governo brasileiro é denunciada inclusive pelo Ministério Público do Trabalho - MPT na Nota Técnica n. 1, de 2 de abril de 2018, que trata das políticas públicas de interiorização dos migrantes venezuelanos. Nesse documento, o MPT trata do acordo que firma judicialmente com a União Federal, em que esta compromete-se a dar apoio técnico e financeiro às políticas para migrantes, além de instituir mecanismos de alocação de empregos a essa população.

Ademais, a Nota Técnica critica a Medida Provisória n. 820, de 15.2.2018, que trata de medidas emergências a serem adotadas pelos Governos federal, estaduais, distrital e municipais. A crítica existe porque a medida provisória ao tratar das políticas de acolhimento, destaca “as políticas de proteção social, oferta de atividades educacionais, formação e qualificação profissional, garantia de direitos humanos e mobilidade”<sup>80</sup>. Nesse caso, de acordo com o MPT, essas políticas:

Tangenciam as ações de integração ao mercado de trabalho e evidenciam uma grande lacuna, pois a educação, formação e qualificação profissional levam necessariamente ao passo seguinte: **geração de emprego e renda**.

No entanto, não há menção às palavras “trabalho”, “emprego” e “renda” nos eixos de políticas públicas previstos na referida Medida Provisória. Assim, a política revela grave fragilidade no particular.

Esta fragilidade implica também o **descumprimento do acordo judicial celebrado entre União e Ministério Público do Trabalho nos autos da citada Ação Civil Pública nº 0000384-81.2015.5.14.0402** na parte que versa sobre o desenvolvimento de política de empregabilidade – que vem sendo chamada atualmente de “eixo trabalho” – e no desenvolvimento das políticas de acolhimento humanitário, o que pode ensejar o pedido de cumprimento da ordem judicial que vem sendo inobservado.<sup>81</sup>

Resta evidente a ausência do Poder Público na promoção de políticas públicas para migrantes, principalmente porque se tratam de políticas acordadas judicialmente com o Ministério Público do Trabalho e porque são necessárias para que haja integração dessa população à sociedade brasileira. De mesmo modo, essas medidas auxiliariam estados de fronteira, como Roraima, que estão sobrecarregados no acesso a políticas públicas, assistência

---

<sup>80</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Nota Técnica n. 1. Política pública de interiorização de migrantes venezuelanos**. 2018. Disponível em: [http://radio.mpt.gov.br/wps/portal/portal\\_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt+noticias/7441a592-2111-4904-ac9f-2127ded0eb3c](http://radio.mpt.gov.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt+noticias/7441a592-2111-4904-ac9f-2127ded0eb3c). Acesso em: 21.11.18.

<sup>81</sup> Ibidem.

social e alocação de postos de trabalho. A nota segue denunciando que a norma e seu decreto regulamentar foram criados para:

dar amparo à crise humanitária em questão [na Venezuela], não há qualquer desenvolvimento do “eixo trabalho” na política de acolhimento. Além disso, o Sistema Nacional de Emprego (SINE) deixa de participar da formulação e efetivação da política pública em comento.

(...)

Os migrantes deverão contar com apoio de profissionais que o norteiem na procura por um emprego, por cursos de qualificação, fomento do empreendedorismo e, até mesmo, auxílio para obtenção da documentação necessária. (...)

Não há dúvida, portanto, que, ao simplesmente tangenciar o “eixo trabalho”, sem reconhecê-lo, **a política em tela nasce marcada por omissão incontornável. Se a política migratória não contemplar as políticas de emprego, acabará se revelando inviável no médio prazo, já que as estruturas de apoio oferecidas aos migrantes são temporárias e somente a obtenção de renda própria permitirá a permanência no país em condições dignas.**<sup>82</sup> (grifos aditados)

Cumpre esclarecer que a medida provisória tratada na nota técnica supracitada foi convertida na Lei n. 13.684<sup>83</sup>, em 21 de junho de 2018, com somente um veto, não havendo modificado em relação à ausência de políticas voltadas a geração de emprego. Nesse sentido, apesar de a medida estar revogada, seu conteúdo permanece na nova lei, de modo que a nota técnica supracitada continua pertinente. Em seu segundo ponto, trata da necessidade de medidas que previnam cidadãos venezuelanos de situações abusivas nas relações laborais e situações como a de trabalho análogo a de escravo, nos seguintes termos:

Não há dúvidas de que os migrantes venezuelanos que acessam o país pela fronteira terrestre estão em situação de vulnerabilidade. Carentes de recursos econômicos, alguns em situação de privação alimentar, afastado da proteção das famílias e comunidades, desconhecedores do território, do idioma e da cultura brasileiras, podem ser vítimas fáceis para situações de exploração no trabalho e do tráfico de pessoas.

Diante do problema da precarização do trabalho e do trabalho forçado, o MPT destaca as políticas já adotadas pelo Brasil, como o II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo e a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que devem ser adotadas juntamente com demais políticas de acolhimento humanitários aos imigrantes venezuelanos. Além disso, o MPT refere-se a medidas imprescindíveis que o país deve adotar para coibir qualquer forma de trabalho precarizado, como desenvolver de estratégias operacionais que integrem todos os órgãos da administração pública e o poder judiciário a

<sup>82</sup> Ibidem.

<sup>83</sup> BRASIL. Lei n. 13.684, de 21 de junho de 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm). Acesso em: 21.11.2018.

adotar medidas preventivas “com o objetivo de evitar a precarização das relações de trabalho, o tráfico de pessoas, o trabalho escravo, a discriminação e xenofobia e o trabalho infantil”.

A Nota, por fim, destaca que não há medidas preventivas e repressivas voltadas aos discursos discriminatórios e xenofóbicos propagados nas redes sociais e na mídia. Esse documento é importante por demonstrar as críticas e as necessidades que o próprio Ministério Público do Trabalho, como órgão que trata e fiscaliza os aspectos relativos às relações laborais no Brasil, evidencia perante as ações e omissões do Estado.

Em relação ao direito internacional do trabalho, ressalta-se que o Brasil é signatário de diversos tratados internacionais, mas, conforme evidenciado no capítulo anterior, ainda não ratificou a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e membros de sua família, em vigor desde 2003 e nem a Convenção sobre as Migrações em Condições Abusivas e a Promoção da Igualdade de Oportunidades e Tratamento dos Trabalhadores Migrantes - Convenção n. 143, o que demonstra a resistência do governo brasileiro em combater a diferenciação, principalmente nas relações de trabalho, entre nacionais e migrantes.

Constata-se que o Estado brasileiro, de fato, possui uma legislação interna cada vez mais avançada na garantia de direitos humanos, dignidade humana e de justiça social a imigrantes e refugiados, essencialmente por meio do acesso ao trabalho. Ademais, o Brasil é signatário de diversos tratados internacionais e possui como princípios constitucionais basilares das relações internacionais a prevalência dos direitos humanos e da cooperação entre os povos. Além disso, o país é reconhecido mundialmente por ser um país acolhedor e solidário e ter uma política de boa vizinhança.

Todavia, o presente estudo demonstra que o Estado brasileiro apenas possui tais atributos formalmente. Na realidade, o país não tem feito muito para contribuir, acolher e realizar políticas que possam garantir igualdade, liberdade e dignidade humana às pessoas que entram todos os dias no país fugindo de uma ameaça real de vida ou de condições subumanas em seus países de origem. Mais do que isso, verifica-se que não há interesse por parte do governo em erradicar o trabalho forçado e os trabalhos informais sobretudo ocupados pela população refugiada e imigrante, sendo as mais vulnerabilizadas e constantemente suscetíveis a diversos tipos de abusos.

A procuradora do MPT Cristiane Sbalqueiro, em audiência pública no Senado Federal sobre a Medida Provisória n. 820/2018, ressaltou que “a experiência tem mostrado que,

a cada duas ofertas de trabalho fora do sistema público para um migrante, uma é para exploração em situação de trabalho degradante ou análogo ao escravo”. Desse modo, não é surpresa o cenário atual acerca das condições de subemprego entre imigrantes e refugiados, o que ocorre é uma invisibilização por parte do Estado e da sociedade civil frente a isso.<sup>84</sup>

A omissão do governo brasileiro frente às questões migratórias retrata a realidade de milhares de imigrantes e refugiados que, sem a proteção estatal e com a estigmatização de suas condições, ocupam as ruas das cidades metropolitanas como vendedores ambulantes, catadores de lata, sem uma estrutura laboral digna. Muitos, em condições de irregularidade no país, são aliciados e submetidos a trabalhos forçados, com jornadas exaustivas e dívidas com empregadores, que os impedem de ficar livres sob ameaças de deportação.

Essa omissão/ação do Estado brasileiro não é uma surpresa, mas apenas evidencia a influência da reestruturação capitalista nas relações de trabalho, conforme analisado anteriormente. Com a crise econômica no Brasil, houve, assim como em outros lugares do globo, uma sobreposição do capital em relação ao trabalho com a geração de desemprego, imigração, achatamento salarial e redução dos serviços sociais prestados pelo Estado.

A manutenção da mão-de-obra de imigrantes irregulares, sobretudo em subempregos, mostra-se favorável principalmente na construção civil, no agronegócio e na indústria da moda. Entretanto, a maior parte dos trabalhadores que se encontra nesses subempregos não o fazem por escolha. Pelo contrário, esses indivíduos não têm escolha e veem no trabalho informal um meio de obtenção de rendimentos que garantam sua subsistência. Desse modo, a grande maioria desses trabalhadores encontram-se expostos a condições inadequadas de trabalho.

A reestruturação no modo de produção, sobretudo do século XX para o século XXI, expandiu a mobilidade do capital e da força de trabalho no mundo todo. A acumulação flexível permitiu uma globalização da produção por meio do deslocamento da produção para países em desenvolvimento, gerando impactos no trabalho e as migrações internacionais. Com efeito, o crescimento do trabalho informal parece ser fator essencial à produção capitalista. Nesse sentido:

[...] não será o trabalho informal o caminho encontrado pelas empresas capitalistas para redução dos custos com o pessoal? Mais do que isso, não será ela um meio eficaz

---

<sup>84</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, Procuradoria-Geral do Trabalho. Disponível em: [http://radio.mpt.gov.br/wps/portal/portal\\_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt+noticias/7441a592-2111-4904-ac9f-2127ded0eb3c](http://radio.mpt.gov.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt+noticias/7441a592-2111-4904-ac9f-2127ded0eb3c). Acesso em: 20.11.2018.

na extração da mais-valia absoluta? Não estarão as relações de trabalho, no mercado capitalista, aproximando-se mais da informalidade do que da formalidade?<sup>85</sup>

Desse modo, buscou-se reduzir os postos de trabalho centrais e aumentar cada vez mais o número de trabalhadores temporários, dispondo de força de trabalho que entra e sai sem provocar custos altos às empresas. O Estado, por outro lado, apoia atividades precárias sob o argumento dos altos níveis de desemprego e da autonomia do trabalhador, no sentido de serem atividades em que o trabalhador opta por exercer. Sobre a relação da mobilidade com o crescimento da informalidade:

No bojo desse novo processo de informalidade, os novos fluxos migratórios internacionais constituem a formação de um excedente migrante no mercado de trabalho mundial. Portes e Sassen-Koob (1987, p 54) afirmam “o fluxo migratório foi decisivo para o processo de informalização das indústrias baseadas em trabalho intensivo e afetadas pela competição estrangeira, mas logo se estendeu para outras que não eram afetadas. Nas áreas urbanas em que os migrantes estão concentrados, outros setores intensamente organizados, como a construção civil e as altamente competitivas indústrias de serviços, como restaurantes, logo começaram a fazer uso dessa nova fonte de força de trabalho barata e dócil” (tradução livre).<sup>86</sup>

Ante o exposto, resta evidente a inconstitucionalidade do Estado brasileiro frente à violação de direitos, sobretudo ao princípio da igualdade, da liberdade, da prevalência dos direitos humanos e da cooperação entre os povos. Desse modo, o Brasil reforça o já exposto acerca das manifestações em interesse ao sistema econômico mundial, mascarado por uma política acolhedora, que retira direitos e permite que haja não somente a oferta de postos de trabalho informal, como a própria expansão de subempregos de baixos custos de produção.

### 3.3. Tendências e desafios para a mobilidade internacional

Conforme as atuais conjunturas políticas, a tendência é que a situação descrita se agrave. Isso porque a mobilidade tem se expandido, principalmente de refugiados e de trabalhadores migrantes, juntamente com discursos políticos que os estigmatizam, em especial

<sup>85</sup> SOARES, Marcos Antônio Tavares. **Trabalho Informal: da Funcionalidade à Subsunção ao Capital**. Vitória da Conquista: UESB, 2008.

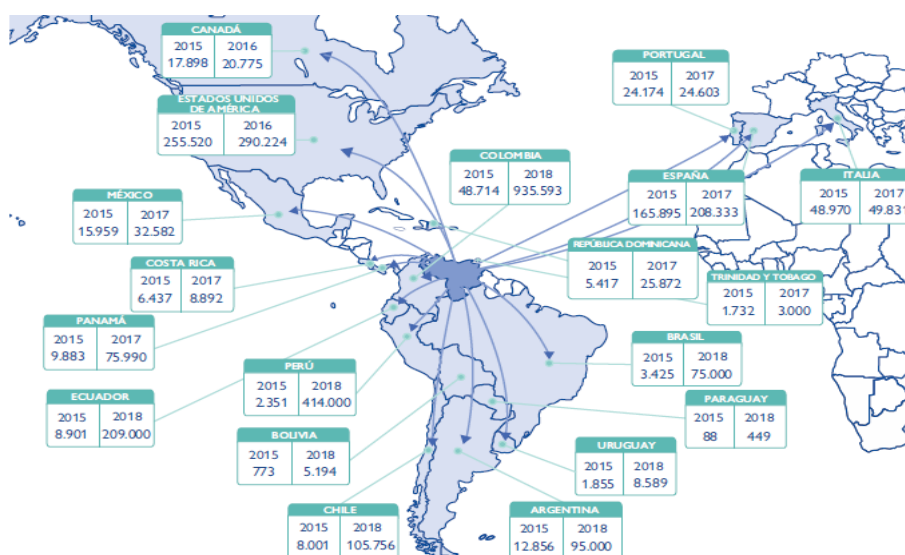
<sup>86</sup> OIT. **Inserção Laboral de Migrantes Internacionais: transitando entre a economia formal e informal no município de São Paulo**. Brasília, 2017. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms\\_615540.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_615540.pdf). Acesso em: 21.11.2018.

nos países desenvolvidos que recebem grandes contingentes migratórios, como Estados Unidos, Hungria, Itália e Áustria.

No Brasil, não é diferente e deve piorar. Isso porque, em 2017, a União enviou as forças armadas para controlar a situação na fronteira e impedir que milhares de refugiados venezuelanos entrassem, em vez de criar políticas públicas de acolhimento e de distribuição geográfica dessas pessoas pelo território brasileiro, o que gerou ainda mais caos na fronteira com o estado de Roraima. Conforme dados trazidos, dentre os países da América Latina considerados destinatários de fluxos de deslocamento, o Brasil é um dos que possui menor contingente numérico.

A Organização Internacional para as Migrações, em setembro de 2018, analisou as tendências migratórias nas Américas, ressaltando a emigração de boa parte da população venezuelana e seus principais destinos. Segundo esse estudo, as maiores concentrações desses fluxos encontram-se na Colômbia, Peru e Estados Unidos. Dentre os países da América do Sul, o Brasil é o maior geograficamente e, segundo dados de setembro de 2018, havia recebido, oficialmente, apenas 75.000 venezuelanos.<sup>87</sup>

Países como Peru, Equador, Argentina e Chile, que sequer fazem fronteira com a Venezuela, e cuja dimensão geográfica é muito inferior à do Brasil, chegaram a receber até o quádruplo desse número, conforme imagem a seguir:



Fonte: Organização Internacional para as Migrações.

<sup>87</sup> OIM. Oficina Regional de la OIM para América del Sur. **Tendencias migratorias em las Américas**. Setembro de 2018. Disponível em: [https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/Tendencias\\_Migratorias\\_Nacionales\\_en\\_Americas\\_Venezuela-Septiembre\\_2018.pdf](https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/Tendencias_Migratorias_Nacionales_en_Americas_Venezuela-Septiembre_2018.pdf). Acesso em: 20.11.2018.

Apesar do crescimento na entrada de estrangeiros no país, o número de indivíduos vindos de outros países representa apenas 0,4% da população total. Os Estados Unidos, que hoje possuem uma política rígida de migração, têm 15% da população formada por estrangeiros. Esses números demonstram que o Brasil deixou de ser o destino mais procurado pelos imigrantes. Além disso, demonstra a ausência do Estado brasileiro nas questões humanitárias de acolhimento e de promoção de direitos humanos. Por outro lado, segundo a ONU, o Brasil “mais exporta do que recebe gente”.<sup>88</sup>

Para a Coordenadora da ONG Conectas, Camila Asano:

O Brasil tem dimensões continentais e condições de receber os migrantes. Se os brasileiros têm dificuldade de acessar serviços básicos, isso é anterior à chegada dessas pessoas. Devem-se aprimorar serviços, para que o atendimento a ninguém, migrante ou brasileiro, seja prejudicado por gestão ineficiente. Isso de maneira alguma deve servir de justificativa para criticar a chegada de migrantes.<sup>89</sup>

Segundo dados do Acnur de novembro de 2018, estima-se que o número de refugiados e migrantes venezuelanos já atingiu o número de 3 milhões de pessoas em todo o mundo, igualando-se ao fluxo no mediterrâneo e, de acordo com esses dados, o Brasil possui apenas cerca de 85 mil deslocados venezuelanos, atrás da Colômbia (mais de 1 milhão), do Peru (mais de 500 mil), do Equador (mais de 220 mil), da Argentina (130 mil) e do Chile (mais de 100 mil).<sup>90</sup>

Ao que parece, o governo brasileiro tem se mantido inerte às questões migratórias com o objetivos claros: culpabilizar essa população vulnerável pelas mazelas sociais, como a precariedade de serviços públicos de saúde, assistência, educação e segurança pública, e, com isso, abster-se de qualquer responsabilidade e, por outro lado, manter a economia informal que as migrações geram, principalmente as ditas irregulares. De fato, não é de interesse do capital que as relações de subemprego e de trabalhos análogos à escravidão acabem, visto que possuem papel central na expansão do lucro e na extração da mais valia absoluta, sem encargos formais e leis trabalhistas protetivas.

---

<sup>88</sup> TEIXEIRA, Lucas. B. **O Brasil tem pouco imigrante**. São Paulo, 18 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.uol/noticias/especiais/imigrantes-brasil-venezuelanos-refugiados-media-mundial.htm#menos-imigrantes-do-que-argentina-e-paraguai>. Acesso em: 4.11.2018.

<sup>89</sup> Ibidem.

<sup>90</sup> ACNUR/OIM. **Número de refugiados e migrantes venezuelanos chega a 3 milhões**. Genebra, 2018. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2018/11/09/numero-de-refugiados-e-migrantes-venezuelanos-chega-a-3-milhoes>. Acesso em: 17.11.2018.

De fato, busca-se fragmentar a sociedade e manter relações sociais de dominação e de submissão, com a necessidade de manter privilégios sociais. Nesse sentido, aponta Harvey:

(...) em uma tentativa desesperada de exercer e manter o controle do processo de trabalho, o capitalista tem de mobilizar qualquer relação social de diferença, qualquer distinção dentro da divisão social do trabalho, qualquer preferência ou hábito cultural especial, tanto para impedir a uniformização inevitável da localização no mercado de trabalho que pode ser consolidada em um movimento de solidariedade social quanto para sustentar uma força de trabalho fragmentada e dividida.<sup>91</sup>

Corroborando esse entendimento, destaca-se que não há qualquer repressão estatal ao discurso midiático no qual trabalhadores imigrantes e refugiados tomariam os empregos de trabalhadores nativos ou, de outro modo, um incentivo ao discurso de acolhimento. Na verdade, há um incentivo à chamada política do ressentimento, da vítima contra a vítima, em que o trabalhador brasileiro empobrecido tem como seu maior inimigo o trabalhador imigrante empobrecido e não o Estado omissor.<sup>92</sup>

Apesar disso, a legislação brasileira e as convenções internacionais, como visto no primeiro capítulo, reconhecem a igualdade de direitos laborais entre nacionais e estrangeiro. O Brasil é signatário de diversos tratados internacionais de proteção ao imigrante e ao refugiado e adota legislações infraconstitucionais protetivas, bem como é reconhecido mundialmente como um país acolhedor e receptivo. É nesse cenário que o Estado preserva seu *status* e, ao mesmo tempo, agrada corporações que movimentam o mercado mundial, deixando à mercê da sociedade e dos direitos fundamentais milhares de trabalhadores migrantes e refugiados que chegam com a expectativa de uma vida e de um trabalho dignos.

O trabalho, em muitos casos, deixa de ser uma expectativa de mudança de vida e de integração social para tornar-se um vetor de exclusão social e discriminação. Na última década, o número de imigrantes indocumentados e de refugiados aumentou e, devido à situação de irregularidade em solo brasileiro, sujeitam-se a exploração, especialmente no âmbito da relação de trabalho. Isso porque é recorrente o número de imigrantes em subempregos, com jornadas exaustivas que não permitem uma condição de vida digna. Não é raro, igualmente, o flagrante de empregadores utilizando mão-de-obra migrante em condições insalubres,

<sup>91</sup> HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo; tradução de Joao Alexandre Peschanski, São Paulo: Boitempo, 2011, p. 90.

<sup>92</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os três Ds de Boaventura: Descolonizar, Desmercantilizar e Democratizar - Entrevista completa**. Le Monde Diplomatique Brasil, 14 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9MhE-OaBBss>>. 17.11.2018.



perigosas, árduas e até em situações análogas à escravidão com vistas a baratear os custos de produção.<sup>93</sup>

Essa exploração, como explicitada, advém de interesses político-econômicos e, apesar de seu efeito imediato no barateamento de custos de produção, visam a interesses a longo prazo no sentido de manter as relações de trabalho precarizadas. Para o sistema econômico atual, o ideal de trabalhador são os temporários, os desvinculados de sindicatos, os de baixo poder reivindicatório sobretudo devido à urgente necessidade de dinheiro. Nesse sentido, há uma grande contradição entre políticas migratórias rígidas e políticas trabalhistas cada vez mais flexíveis, que resultam em condições precárias de trabalho ou risco de deportação.

Ante o exposto, verifica-se que, a curto e médio prazo, a aprovação de leis e a ratificação de instrumentos internacionais de proteção ao trabalhador imigrante e ao refugiado somente seriam resolutivas caso acompanhadas por políticas públicas promovidas pelo governo federal de assistência a esses indivíduos e aos estados fronteiriços.

---

<sup>93</sup> TEDESCO, João Carlos. **Estrangeiros, extracomunitários e transnacionais:** paradoxos da alteridade nas migrações internacionais: brasileiros na Itália. Passo Fundo: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

## Considerações Finais

A migração e os deslocamentos forçados são temas debatidos principalmente a partir do século XX mesmo sendo um fenômeno inerente ao desenvolvimento da humanidade. O debate acerca dessa mobilidade tornou-se ainda mais evidente no século XXI, com fluxos migratórios cada vez mais intensificados. A despeito de ter maior concentração de migrantes e refugiados em uns lugares do que em outros, a verdade é que as populações que migram estão cada vez mais espalhadas e em concentração cada vez maior.

A relação entre trabalho e imigração mostra-se estreita de modo a se influenciarem reciprocamente. Os ditos trabalhadores migrantes e os refugiados deslocam-se em busca de melhores condições de vida e encontram no trabalho a possibilidade dessa garantia, além da inserção social ao meio em que chegam. Contudo, a realidade trazida demonstra que são essas pessoas que ficam sujeitas às dinâmicas do trabalho e suas alterações, sobretudo influenciadas pelo sistema econômico vigente.

Com efeito, verifica-se que há, de um lado, populações inteiras que fogem da miséria, dos horrores da guerra e de conflitos financiados pela mesma indústria que as estigmatizam e incentivam a rigidez de seus deslocamentos. Por outro, há, não somente espaço no mercado de trabalho, como demanda e incentivo de Governos por imigrantes com alta qualificação profissional, o que demonstra que a mobilidade é permitida mediante interesses pré-definidos.

Os dados, bem como a bibliografia de apoio, permitiram verificar que os maiores contingentes de emigração se encontram em países que, em algum momento de sua história, foram colônia ou que foram dominados pelo sistema capitalista atual, numa espécie de novo imperialismo. Isso evidencia a necessidade desse sistema por um excedente de mão-de-obra para a reserva industrial, de modo a garantir custos mínimos de produção, sem que se tenha que pagar direitos trabalhistas, e ainda gera um controle pelo trabalho.

No Brasil, em especial, houve uma grande influência do imigrante no direito do trabalho por meio das manifestações incipientes e associação sindical. Todavia, apesar dessa emancipação dos trabalhadores por meio dos movimentos sociais e da sindicalização, os imigrantes tiveram cerceados direitos políticos, de manifestação e de sindicalização. Atualmente, como visto, o Estado tentou retirar direitos ao trabalho, por meio da proibição de ocupação de cargos públicos por estrangeiros, atentando contra a própria Constituição.

Por outro lado, verificou-se a tendência de criação de guerra entre classes e entre as diferentes nacionalidades, criando uma parcela da população periférica e indigna de direitos, com o apoio de mercados econômicos interessados em explorar e da sociedade civil, que vê no outro a causa de todas as crises sociais, econômicas e políticas.

Nesse sentido, ainda que muitos países, em especial o Brasil, adotem legislações e normas de garantia de direitos fundamentais e de direitos trabalhistas e mostrem essa postura perante os organismos internacionais, na prática não é o que acontece. As leis não são efetivas porque o próprio Estado é o violador de direitos, o que torna ainda mais difícil a punição e a luta por essa justiça social.

Assim, ainda que o Brasil não endosse essa prática de garantia de direitos, terá que tomar medidas diante das práticas adotadas. Ao que parece, organismos internacionais, organizações não governamentais e, inclusive o Ministério Público, têm atuado de modo a pressionar e tentar visibilizar a luta por direitos de uma população que não tem meios de debater, de argumentar e nem de se expressar politicamente ou votar.

Essa pesquisa foi feita durante o conturbado processo eleitoral brasileiro de 2018 e, diante das incertezas dos resultados, não se podia prever, durante sua elaboração, qual seria a perspectiva dos próximos anos. Entretanto, diante do cenário atual, entende-se que a postura do Brasil tende a tornar-se mais rígida em relação à questão migratória, sobretudo em relação à América Latina.

Não se deve perder de vista, entretanto, que a luta pela garantia de direitos, especialmente das populações mais vulneráveis da sociedade, deve ser constante de modo a não permitir retrocessos sociais e a retirada de direitos.

## Referências Bibliográficas

ACNUR. Número de pessoas deslocadas chega a 68,5 milhões em 2017. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acnur-numero-de-pessoas-deslocadas-chega-a-685-milhoes-em-2017>. Acesso em: 18.11.2018.

ACNUR/OIM. **Número de refugiados e migrantes venezuelanos chega a 3 milhões.** Genebra, 2018. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2018/11/09/numero-de-refugiados-e-migrantes-venezuelanos-chega-a-3-milhoes>. Acesso em: 17.11.2018.

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli. **Trabalho decente.** Direito humano e fundamental. São Paulo: LTr, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos a nossa porta.** Trad.: Carlos Alberto Medeiros. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BAZZO, Gabriela; FARJADO, Vanessa. **Burocracia é entrave para revalidar diplomas de refugiados.** São Paulo/Londres. 16 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/09/burocracia-e-entrevave-para-revalidar-diplomas-de-refugiados.shtml>. Acesso em: 21.11.2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 30.10.2018.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 1.641, de 7 de janeiro de 1907. Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html>. Acesso em: 1.10.2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.684, de 21 de junho de 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm). Acesso em: 21.11.2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980. Art. 125. Constitui infração, sujeitando o infrator às penas aqui cominadas: I - entrar no território nacional sem estar autorizado (clandestino): Pena: deportação.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997. **Lei de Refúgio.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm). Acesso em: 4.11.2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm). Acesso em: 6.11.2018.

BRUM, Eliane. Êxodo Venezuelano: A violência em Roraima é contra a imagem no espelho. 27 de agosto de 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/27/opinion/1535381111\\_480467.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/27/opinion/1535381111_480467.html). Acesso em: 30.10.2018.

CASTLES, Stephen. **Entendendo a Migração Global. Uma perspectiva desde a transformação social.** REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, 2010, p. 16. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407042012002>. Acesso em: 30.9.2018.

CHARLEAUX, João Paulo. **Qual o balanço da missão de paz brasileira no Haiti?** 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/25/Qual-o-balan%C3%A7o-da-miss%C3%A3o-de-paz-brasileira-no-Haiti>. Acesso em: 19.10.2018.

CNIg. Resolução Normativa n. 97, de 12 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=116083>. Acesso em: 26.11.2018.

Como os EUA estão ‘inundando’ o Oriente Médio com armas, 27 de junho de 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40413265>. Acesso em: 26.11.2018.

Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf). Acesso em: 30.10.2018.

Declaração de Cartagena – Conclusões e Recomendações, 1984, Terceira conclusão, p.3. Disponível em: [http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn\\_lisboa/cartagen.html](http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/cartagen.html). Acesso em: 4.11.2018

Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 26.11.2018.

DELGADO, Gabriela Neves; RIBEIRO, A. C. P. C. **Os direitos sociotrabalhistas como dimensão dos direitos humanos.** Revista do Tribunal Superior do Trabalho, v. 79, p. 199-219, 2013. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/39825>. Acesso em: 18.11.2018.

Discurso do Presidente da República, Michel Temer, na Abertura do Debate Geral da 72ª Sessão da Assembleia Geral da ONU – Nova York, 19 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/17460-discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-na-abertura-do-debate-geral-da-72-sessao-da-assembleia-geral-da-onu-nova-york-19-de-setembro-de-2017>. Acesso em 22.9.2017

FERNANDES, Duval. **O Brasil e a migração internacional no século XXI – notas introdutórias.** Migrações e Trabalho. Brasília, Ministério Público do Trabalho, 2015.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 1993. São Paulo: Editora Loyola, 17ª edição, 2008.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço.** Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo - São Paulo: Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo; tradução de Joao Alexandre Peschanski, São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os limites do capital.** Trad. Magda Lopes. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

IDH 2015: América Latina. Disponível em: <http://www.projetolatinoamerica.com.br/idh-2015-america-latina>. Acesso em: 12.11.2018.  
imigrante.

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION. **Global estimates of migrant workers and migrant domestic workers:** results and methodology. Geneva, 2015, executive summary, p.5. Disponível em: [http://ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms\\_436343.pdf](http://ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_436343.pdf). Acesso em: 30.10.2018.

IPEA. **Refúgio no Brasil:** caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014) – Brasília: IPEA, 2017.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **O direito do estrangeiro numa perspectiva de direitos humanos.** Tese de Doutorado. Sevilha: Universidad Pablo de Olavide, 2007.

MARX, Karl. **Grundrisse:** Manuscritos econômicos de 1857-1858. Livro I. Trad. Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo, Boitempo, 2011.

MENDONÇA, Laís Maranhão Santos. **Imigração e Trabalho: luta por reconhecimento dos imigrantes no Brasil** – análise da participação social dos imigrantes na 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes de São Paulo. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília. 2014.

MERCOSUL. **Declaração Sociolaboral do MERCOSUL** – I Reunião Negociadora. Artigo 7º. Brasília, 17 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/10519-declaracao-sociolaboral-do-mercosul-de-2015-i-reuniao-negociadora-brasil-17-de-julho-de-2015>. Acesso em: 4.11.2018.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 350, de 21 de novembro de 1991. Tratado MERCOSUL. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0350.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0350.htm). Acesso em: 30.10.2018.

MIGRAMUNDO. **Caminhos para o Refúgio:** inserção produtiva e social de refugiados no Brasil. Coordenação: Leandro de Carvalho. 2017. Disponível em: <https://migramundo.com/wp-content/uploads/2018/06/CAMINHO-PARA-O-REF%C3%9AGIO.pdf>. Acesso em: 22.11.2018.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Conare/Secretaria Nacional de Justiça. **Refúgio em números – 3ª edição.** Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos/refugio-em-numeros-3a-edicao-conare-secretaria-nacional-de-justica-ministerio-da-justica/view>. Acesso em: 6.11.2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Nota Técnica n. 1. Política pública de interiorização de migrantes venezuelanos.** 2018. Disponível em: [http://radio.mpt.gov.br/wps/portal/portal\\_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt+noticias/7441a592-2111-4904-ac9f-2127ded0eb3c](http://radio.mpt.gov.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt+noticias/7441a592-2111-4904-ac9f-2127ded0eb3c). Acesso em: 21.11.18.

\_\_\_\_\_, Procuradoria-Geral do Trabalho. Disponível em: [http://radio.mpt.gov.br/wps/portal/portal\\_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt+noticias/7441a592-2111-4904-ac9f-2127ded0eb3c](http://radio.mpt.gov.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt+noticias/7441a592-2111-4904-ac9f-2127ded0eb3c). Acesso em: 20.11.2018.

NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. **A condição jurídica do trabalhador imigrante no Direito Brasileiro**. São Paulo: LTr, 2011.

OIM. Oficina Regional de la OIM para América del Sur. **Tendencias migratorias en las Américas**. Setembro de 2018. Disponível em: [https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/Tendencias\\_Migratorias\\_Nacionales\\_en\\_Americas\\_\\_Venezuela-Septiembre\\_2018.pdf](https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/Tendencias_Migratorias_Nacionales_en_Americas__Venezuela-Septiembre_2018.pdf). Acesso em: 20.11.2018.

\_\_\_\_\_. **Perfil Migratório do Brasil**. 2009, p. 26. Disponível em: [http://publications.iom.int/bookstore/free/Brazil\\_Profile2009.pdf](http://publications.iom.int/bookstore/free/Brazil_Profile2009.pdf). Acesso: 1.10.2018.

OIT. Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/index.php/migrantes2/175-convencao-internacional-sobre-a-protecao-dos-direitos-de-todos-os-trabalhadores-migrantes-e-dos-membros-das-suas-familias>. Acesso em: 30.10.2018.

\_\_\_\_\_. Convenção n. 143. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_242707/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_242707/lang--pt/index.htm). Acesso em: 30.10.2018.

\_\_\_\_\_. Convenção n. 19, de 5 de junho de 1925. Convenção concernente à Igualdade de Tratamento dos Trabalhadores Estrangeiros e Nacionais em Matéria de Indenização por Acidentes de Trabalho. Disponível em: [http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT\\_019.html](http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT_019.html); e Convenção n. 97, de 1º de julho de 1949. Convenção sobre os Trabalhadores Migrantes. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ConvOITTrabMig.html>. Acesso em: 26.11.2018.

\_\_\_\_\_. **Inserção Laboral de Migrantes Internacionais**: transitando entre a economia formal e informal no município de São Paulo. Brasília, 2017. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms\\_615540.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_615540.pdf). Acesso em: 21.11.2018.

\_\_\_\_\_. **Recomendação relativa à transição da economia informal para a economia formal**. Genebra, 2015, p. 4. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_587521/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_587521/lang--pt/index.htm). Acesso em: 20.11.2018.

\_\_\_\_\_. **Trabalho Decente**. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 18.11.2018.

OLIVEIRA, Wagner. **Haitianos no Brasil**: hipóteses sobre a distribuição espacial dos imigrantes pelo território brasileiro. Pesquisa realizada pela FGV/DAPP, 2015. Disponível em:

<http://dapp.fgv.br/haitianos-no-brasil-hipoteses-sobre-distribuicao-espacial-dos-imigrantes-pelo-territorio-brasileiro>. Acesso em: 12.11.2018.

PEREIRA, Ricardo José Macêdo de Britto. **O Direito constitucional do trabalho depois da Constituição de 1988 e a aplicação do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana nas relações de trabalho**. Direitos humanos e relações sociais trabalhistas – São Paulo: LTr, 2017.

Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo\\_de\\_1967\\_Relativo\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf). Acesso em: 30.10.2018.

REPÓRTER BRASIL. Migração: O Brasil em Movimento / Natália Suzuki (org.); Equipe 'Escravo, nem pensar'. – São Paulo, 2017, p. 6. Disponível em: [http://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2017/10/caderno-migracao-22\\_08\\_17-baixa.pdf](http://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2017/10/caderno-migracao-22_08_17-baixa.pdf). Acesso em: 4.10.2018.

RICOEUR, Paul. **O justo 2: justiça e verdade e outros estudos**. Tradução Ivonne C. Benedetti. São Paulo: WWF Martins Fontes, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos Humanos na América Latina**. UFPR, 2018. Disponível em: <<https://youtu.be/g5wFCoD22WI>>. Acesso: 30.10.2018.

\_\_\_\_\_. **Os três Ds de Boaventura: Descolonizar, Desmercantilizar e Democratizar - Entrevista completa**. Le Monde Diplomatique Brasil, 14 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9MhE-OaBBss>>. 17.11.2018.

\_\_\_\_\_. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SEGUY, Franck. **Globalização neoliberal e lutas populares no Haiti: crítica à modernidade, sociedade civil e movimentos sociais no estado de crise social haitiano**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9617>. Acesso em: 11.11.2018.

SILVA, Karoline Marthos da. **Brain Drain: Breves apontamentos sobre a mobilidade internacional de mão de obra qualificada e seus impactos nos países envolvidos**. Migração, trabalho e direitos humanos. São Paulo: LTr, 2017.

SINGER, Paul. **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estado**. In: MOURA, H. A. (org.) Migração interna. textos selecionados. Fortaleza, 1980.

SOARES, Marcos Antônio Tavares. **Trabalho Informal: da Funcionalidade à Subsunção ao Capital**. Vitória da Conquista: UESB, 2008.

SOARES, Weber; LOBO, Carlos; MATOS, Ralfo. **Mobilidade espacial dos imigrantes estrangeiros no Brasil – 1991/2010**. REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 191-205, jan./jun. 2015. Disponível em:



<http://www.scielo.br/pdf/remhu/v23n44/1980-8585-REMHU-23-44-191.pdf>. Acesso em: 30.9.2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Cível Originária n. 3.121 – RR. Autor: Estado de Roraima. Ré: União. Relatora: Ministra Rosa Weber. 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ACO3121decreto.pdf>. Acesso: 30.10.2018.

TEDESCO, João Carlos. **Estrangeiros, extracomunitários e transnacionais: paradoxos da alteridade nas migrações internacionais: brasileiros na Itália**. Passo Fundo: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

TEIXEIRA, Lucas. B. **O Brasil tem pouco imigrante**. São Paulo, 18 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.uol/noticias/especiais/imigrantes-brasil-venezuelanos-refugiados-media-mundial.htm#menos-imigrantes-do-que-argentina-e-paraguai>. Acesso em: 4.11.2018.

TORRES, Daniel Bertolucci. **Vulnerabilidade e exploração: considerações sobre as relações entre o imigrante e o trabalho em condição análoga à de escravo**. Migração, trabalho e direitos humanos. São Paulo: LTr, 2017.

UNHCR. **Global Trends, Forced Displacement in 2017**. Disponível em: <http://www.unhcr.org/globaltrends2017/>. Acesso em: 30.9.2018.

\_\_\_\_\_. **Venezuela situation: Responding to the needs of people displaced from Venezuela**. Supplementary Appeal, January – December 2018, p. 5. Disponível em: <http://www.unhcr.org/partners/donors/5ab8e1a17/unhcr-2018-venezuela-situation-supplementary-appeal-january-december-2018.html>. Acesso: 2.10.2018.